

EM TEMPO:

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA

Nº 282
JUNHO 1995
R\$ 1,50

SEBASTIÃO SAIGADO

PLÍNIO SAMPAIO

DEMOCRACIA RADICAL:
DIREITO DE DIVERGIR

PÁGINAS 5 E 6

FRANCISCO DE OLIVEIRA

O GOVERNO FHC
E AS POLÍTICAS SOCIAIS

PÁGINAS 10 E 11

MICHAEL LOWY

50 ANOS DA 2ª GM:
A BARBÁRIE MODERNA

PÁGINA 20

A NOVA ORDEM
DO CAPITALISMO
PRODUZ INJUSTIÇAS,
DESIGUALDADES E
OPRESSÕES CADA
VEZ MAIORES.
DANIEL BENSARD
ANALISA AS
CARACTERÍSTICAS
FUNDAMENTAIS DO
NOVO PERÍODO
HISTÓRICO EM QUE
INGRESSAMOS.

PÁGINAS 15 A 19

UM MUNDO

INSTÁVEL E VIOLENTO

NACIONAL

A PRÓXIMA BATALHA PG. 3

Rafael Freire, da executiva nacional da CUT, examina os desafios do movimento democrático e popular, e em particular do sindicalismo, na conjuntura posterior à derrota da greve dos petroleiros.

LIÇÕES DE UMA DERROTA PG. 4

A greve dos petroleiros é analisada por Maria Consolação da Rocha, da executiva nacional da CUT. Ela destaca como FHC abriu flancos, ao expor cruamente sua opção conservadora, que podemos aproveitar.

O GOVERNO FHC E AS POLÍTICAS SOCIAIS PGS. 10 E 11

A partir da análise do programa Comunidade Solidária, Francisco de Oliveira expõe as ambições do governo FHC: construir uma hegemonia conservadora na sociedade brasileira, onde o projeto neoliberal articula-se com as práticas políticas do populismo.

PARTIDO

O DIREITO DE DIVERGIR PGS. 5 E 6

Plínio de Arruda Sampaio debate as posições da tendência Democracia Radical, a tática que ela defende frente à reforma neoliberal e as implicações políticas e éticas da utilização que tem feito da grande imprensa para combaterem as posições majoritárias no partido.

DERROTA DA ESQUERDA PG. 7

O Encontro Municipal do PT de São Paulo é analisado por Félix Sanchez, que destaca suas implicações no processo de recomposição da direção do partido.

TEORIA

CRISES DO TRABALHO PG. 6

O novo livro de Ricardo Antunes, **Adeus ao trabalho?**, é comentado por Gustavo Codas, que alerta para as implicações da relação entre os setores da classe trabalhadora incorporados pelo neoliberalismo e aqueles excluídos.

BARBÁRIE MODERNA PG. 20

Tomando como ponto de partida os 50 anos do final da Segunda Guerra Mundial, Michael Lowy analisa o caráter contraditório da modernidade capitalista.

SOCIEDADE

A VIDA ANTES DA CHUVA PG. 8

O filme de Milcho Manchevski é analisado por Willian Aguiar.

AIDS E TRABALHO PG. 8

Fernanda Estima relata os esforços da CUT para levar a luta pela prevenção da Aids para os sindicatos e as empresas.

TÁ NA HORA DE PARTIR PARA A AÇÃO PG. 9

A democratização dos meios de comunicação é uma tarefa candente para a esquerda. Otaviano Carvalho mostra como muito pode ser feito desde agora.

INTERNACIONAL

SINDICATOS NA CRISE DO SONHO AMERICANO PG. 12

Um relato da conferência da revista sindical norte-americana **Labour Notes**, onde foram tratados os principais problemas que a classe trabalhadora daquele país enfrenta face à reestruturação neoliberal.

RECONSTRUAMOS A ESPERANÇA PGS. 13 E 14

Raul Pont analisa o V Encontro do Fórum de São Paulo, realizado em Montevidéu, impulsionado pelos partidos de esquerda da América Latina.

REFERÊNCIAS PARA A ANÁLISE DA NOVA SITUAÇÃO MUNDIAL PGS. 15 A 19

Uma versão editada do documento sobre a situação mundial elaborado por Daniel Bensaid para situar o debate sobre o tema no XIV Congresso Mundial da Quarta Internacional, realizado na Bélgica na primeira quinzena de junho. Seu interesse e qualidade justificam o espaço a ele dedicado nesta edição de **Em Tempo**.

COM ESTA EDIÇÃO, ESTAMOS ENVIANDO AOS ASSINANTES DE APOIO O TEXTO DE PERRY ANDERSON - **BALANÇO DO NEOLIBERALISMO**, QUE ABRE O LIVRO **PÓS-NEOLIBERALISMO**, ORG. POR EMIR SADER E PABLO GENTILI (ED. PAZ E TERRA, 1995).

LEIA E ASSINE EM TEMPO:

QUEM OPTAR PELA ASSINATURA DE APOIO RECEBERÁ, JUNTO COM O JORNAL, TEXTOS DE DEBATES TEÓRICOS

Quero assinar o **Em Tempo** por um ano e receber em meu endereço 10 exemplares. Minha opção de pagamento é:

Apoio R\$ 30,00 Normal R\$ 15,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Tel: _____

Recorte ou xeroque e envie junto com cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: (011) 66 55 50

EM TEMPO:

Uma publicação da Tendência Democracia Socialista

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilaine Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTb 18.663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa Leite (edição), Caco Bisol (capa), Nelson Joia (editoração) e Carlos Henrique Árabe.
Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda.
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo/SP
CEP 01151-000 / Fone (011) 66.5550
Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 s/04
Bomfim - CEP 90120 - Fone (051) 227.4642

A próxima batalha

RAFAEL FREIRE

Na esteira do enfrentamento da greve dos trabalhadores das estatais e servidores públicos federais e das primeiras votações em torno da "Ordem Econômica", o governo FHC prepara uma segunda ofensiva de grandes proporções: a eliminação do reajuste salarial para recuperar perdas passadas - garantida parcialmente no Plano Real só até 1º de julho deste ano.

Passamos por um momento crítico no plano econômico. Com uma inflação que não cede de um patamar próximo aos 2% ao mês (27% ao ano) o governo FHC pretende fazer com os salários sua primeira investida contra essa inflação considerada "residual". Enquanto os demais preços continuam livres para serem reajustados, pretende colocar os salários sob "liberdade condicional", isto é, um regime de negociação salarial "livre" desde que não signifique a recuperação das perdas sofridas pelas categorias. E essa "liberdade" não prescinde da interferência da Justiça do Trabalho, das tropas do Exército e da ausência de elementares garantias para a atividade sindical (como o direito de organização no local de trabalho).

Desindexação dos salários

Isso traz imensas perdas para os trabalhadores - e esta constatação deve nortear a discussão de tática do movimento sindical cutista. Em primeiro lugar, não existe desindexação com um patamar de inflação de 30% ao ano. Evidentemente, as empresas nesse cenário reajustam seus preços de acordo com a inflação passada. Trata-se então de proibir apenas aos trabalhadores de tentarem fazer o mesmo.

Em segundo lugar, além do regime de liberdade de preços para as empresas privadas que vigora no Plano Real, o governo tem tido iniciativas no sentido de favorecer explicitamente setores empresariais *contra os assalariados*. É o caso do monumental subsídio que significarão as taxas pré-fixadas de inflação (abaixo da expectativa do período) para o crédito aos grandes latifundiários que FHC concedeu à "bancada ruralista" em troca do apoio às reformas na "Ordem Econômica". Neste caso a inflação futura ajudará na rentabilidade das empresas capitalistas no campo.

Assim, a proposta de FHC de que os trabalhadores "esqueçam" a inflação passada (ou não atentem para a futura) faz parte de uma política que aponta para uma redistribuição brutalmente negativa da renda no país.

O momento é propício para o governo, já que combina pelo menos três fatores que lhe são favoráveis:

- a desaceleração da economia. A atividade reivindicatória dos trabalhadores é mais acentuada nos momentos de aumento da atividade econômica. O fantasma do desemprego, sempre presente no Brasil, cresce na atual conjuntura, podendo inibir a ação sindical;
- o governo tentará dar continuidade a seu ataque ao movimento sindical, iniciado com a greve dos trabalhadores de estatais e servidores públicos federais. Com a derrota da principal greve, a dos petroleiros (ver artigo da página 4), o governo tem um campo fértil para isso (sempre auxiliado pela Força Sindical); e,

- no início do segundo semestre deve estar colocada também em pauta na reforma constitucional a "reforma

administrativa" que, segundo anunciou o ministro Bresser Pereira, terá um forte conteúdo privatista e de ataque ao serviço público (a começar pela estabilidade do funcionalismo).

Nova lei

A disputa em torno de uma "lei salarial" que preserve os salários e abra espaços para que os trabalhadores lutem por aumentos reais deverá ser um dos nossos eixos.

O governo tentará identificar a esquerda como "sócia da inflação". A partir de nossa experiência no combate ao Plano Real, no entanto, devemos ter claro que não adianta tentar "fugir" do debate central. Hoje, o que está colocado é que, com inflação de dois dígitos, nenhum setor empresarial desindexa seus preços. Não há razão para os trabalhadores o fazerem com seus salários.

As primeiras discussões apontam para a defesa de um gatilho (em torno de 6%), mecanismo que, aliás, identifica claramente que o salário está correndo atrás da inflação e não puxando a alta de preços, além do "zeramento" das perdas até 1º de julho de 95 como ponto de partida para todas as categorias, uma política de aumento sistemático do valor do salário mínimo e sua extensão para os servidores públicos.

Esta discussão só terá chances de êxito se ela conseguir se ampliar na sociedade e criar alicerces sólidos na base do movimento sindical.

No debate na sociedade, o PT deverá ter um papel chave no questionamento daquele marco que descrevemos acima, que opera no sentido de uma política ativa de transferir rendas para os grandes capitalistas. As conexões "secretas" entre essa política e as reformas constitucionais de FHC devem ser igualmente desmascaradas.

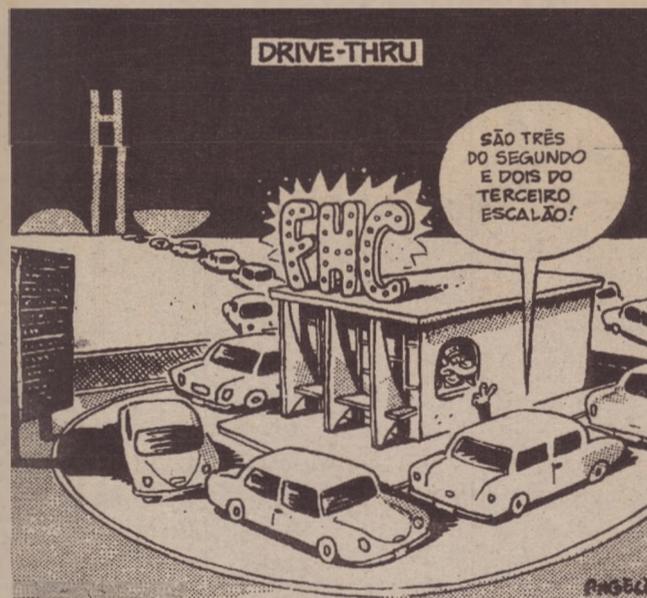
Mas a CUT não pode circunscrever sua ação apenas a uma pressão sobre o Congresso Nacional para que aprove tal política salarial - ainda que deva exercê-la.

Nossa estratégia deve incorporar uma mobilização concreta de todas as categorias por inscrever uma "política salarial" nos moldes acima enunciados em acordos e convenções coletivas. Setembro é tradicionalmente mês de mobilizações, que a CUT deve se encarregar de alavancar e unificar. Deve se somar a esse horizonte a preparação da "2ª Marcha Nacional pelo Emprego" para agosto e do "Grito dos Excluídos" (07/setembro).

Se nosso movimento falhou na combinação das reivindicações econômicas e políticas durante as greves de maio, agora temos novamente a possibilidade e a urgência de reatar ambas perspectivas numa crítica de conjunto ao projeto de país que FHC busca implantar. É nesse marco que poderá se colocar concretamente a deflagração de uma greve geral dos trabalhadores combinada com protestos de todos os excluídos. □

Rafael Freire é membro da Executiva Nacional da CUT

O governo prepara a eliminação do reajuste salarial como forma de recuperação das perdas passadas, mesmo com uma inflação de cerca de 30% ao ano.



A proposta do PT inclui um gatilho salarial de 6%, aumento do salário mínimo e zerar as perdas até 1º de julho de 1995.

Lições de uma derrota

MARIA CONSOLAÇÃO DA ROCHA

A greve dos petroleiros, outros trabalhadores de estatais e funcionários federais acabou e não houve um debate nacional sobre o balanço que devemos fazer e as lições que devemos tirar daquele que foi o principal confronto até o momento com o governo FHC. Essa omissão é perigosa já que apaga as pegadas que nos permitiriam reconstituir o que deu errado na nossa tática.

FHC mostrou sua cara

Nosso movimento sofreu uma derrota importante. Suas sequelas poderão ser reduzidas na exata proporção que conseguirmos reverter nossos problemas e aproveitar os flancos abertos pelo governo durante o confronto.

Um balanço do resultado da greve deve registrar que finalmente o governo FHC "se mostrou tal qual ele é", um governo conservador. A manipulação da Justiça do Trabalho, o uso do Exército, o endurecimento com os trabalhadores e a temura com a bancada ruralista, as demissões de sindicalistas, o conluio com as distribuidoras de gás (primeiro no desabastecimento e depois na alta de preços), as manifestações explícitas de identidade com a Margareth Thatcher, a manipulação da opinião pública com auxílio da grande imprensa, são diversos pedaços de um quebra-cabeça conservador. Evidentemente que "ao ser armado" assustou os setores democráticos que viam FHC como parte do seu campo, e agradeceu os setores autoritários nacionais e o grande capital internacional.

Podemos dizer que a postura do governo frente a greve sinalizou claramente o conteúdo de sua política e fez opções eleitorais precisas para o futuro (como em outros países da América Latina, o neoliberalismo bra-

sileiro, agora sob forma tucana, identifica-se e busca sua força eleitoral como uma vertente do autoritarismo com viés populista).

Se isto foi demonstração de força durante a greve, os setores democráticos populares (incluindo o movimento sindical combativo) podem aproveitar o realinhamento para fortalecer alianças com setores efetivamente democráticos já sem ilusões com FHC.

Aliás, do mote social-democrata sobrou ao governo apenas o neoclientelismo da Comunidade Solidária e tentativas de cooptação de ONGs em crise financeira através da ajuda com recursos públicos - iniciativas coerentes com o ataque aos setores sociais organizados.

Outro elemento que deve entrar num balanço político deve ser o questionamento profundo da Justiça do Trabalho. Ela vem operando cada vez mais como um agente anti-sindical (através da decretação de abusividade, multas etc, criando "jurisprudência" para punir a organização da ação sindical). É necessário que a CUT retome ativamente as propostas de retirar o poder de intervenção unilateral da JT dos conflitos capital-trabalho.

Insuficiências das direções

Finalmente, e o mais importante, devemos avaliar nosso próprio movimento. De fato, houve na mobilização que levou à greve uma forte insuficiência das direções envolvidas (nas categorias e na CUT). Nunca se subestimou tanto o adversário, a ponto que, mesmo na reunião da Direção Nacional da CUT iniciada um dia após a deflagração da greve, não houve por parte de nenhuma força política uma avaliação que palidamente sequer se aproxima-se das dimensões que tomariam o confronto. Conseqüentemente, não se atentou para as tarefas que o enfrentamento colocava não para as categorias envolvidas, mas para o conjunto do movimento sindical cutista.

Assim, por exemplo, a solidariedade e a busca de ampliação do leque de aliados aconteceu apenas no final e frente aos impasses evidentes do movimento.

Por outro lado, houve um deslocamento da perspectiva geral da CUT em relação à perspectiva das categorias o que facilitou que entre as reivindicações econômicas (que puxaram a greve) e as reivindicações políticas (colocadas pela conjuntura) se abrisse um fosso.

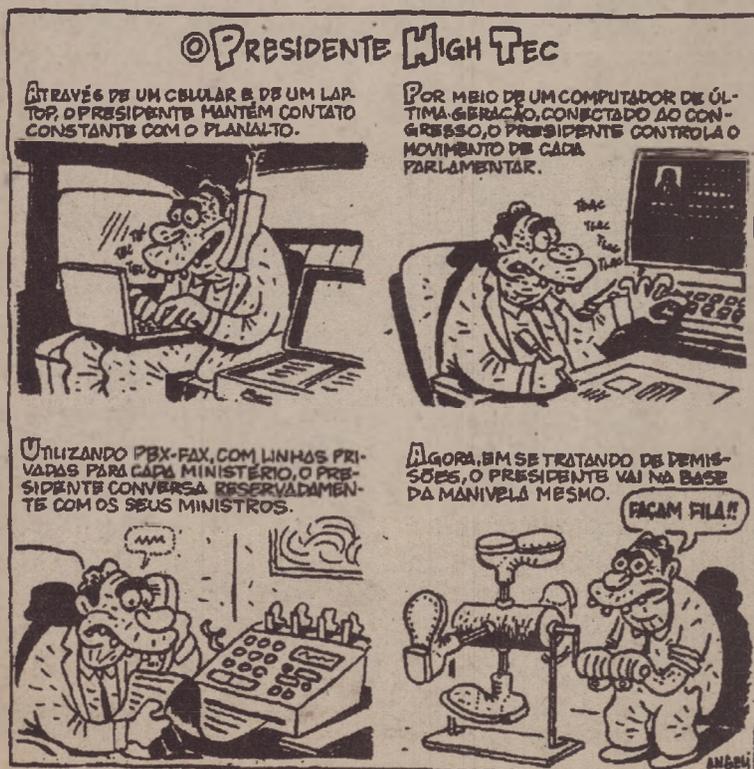
Para algumas categorias que entraram em greve, e notadamente para os petroleiros, talvez nunca tenha havido uma greve tão decidida pela base, fruto de tanta pressão sobre as direções para que a encabeçassem. Essa disposição da base foi o elemento fundamental para a sustentação da greve mesmo com uma opinião pública sendo bombardeada pela mídia totalmente comprometida com a posição do governo.

Porém, se para iniciar uma greve a matéria prima é a justiça das reivindicações e a disposição dos trabalhadores de lutar por elas, este movimento nos ajuda a lembrar, mais uma vez, que uma vitória contra os governos conservadores só será possível num amplo movimento que impeça o isolamento de nossas lutas e reforce os laços com nossos aliados naturais, os oprimidos e humilhados pelo projeto neoliberal. □

Maria Consolação da Rocha é membro da Executiva Nacional da CUT.



missões de sindicalistas, o conluio com as distribuidoras de gás (primeiro no desabastecimento e depois na alta de preços), as manifestações explícitas de identidade com a Margareth Thatcher, a manipulação da opinião pública com auxílio da grande imprensa, são diversos pedaços de um quebra-cabeça conservador. Evidentemente que "ao ser armado" assustou os setores democráticos que viam FHC como parte do seu campo, e agradeceu os setores autoritários nacionais e o grande capital internacional.



O direito de divergir

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

Com o evidente propósito de desmoralizar o PT, a imprensa vem dando destaque a um noticiário distorcido sobre as divergências entre a direção do partido e a tendência Democracia Radical. Dizendo isto, não se está querendo, em absoluto, tampar o sol com a peneira: há de fato uma divergência entre essa corrente e a maioria do DN, sobre a posição do partido na atual conjuntura. Este artigo pretende discutir essa divergência, não no contexto de intrigas e ataques pessoais, que caracteriza as páginas políticas da imprensa do "establishment", mas nos termos respeitosos e fraternais dos debates que devem caracterizar um partido democrático e socialista.

O artigo publicado pelo companheiro José Genoíno, na página 3 da **Folha**, fornece a argumentação básica da DR: o PT deve propor alternativas às propostas governamentais de reformas constitucionais, primeiro porque elas são necessárias para eliminar privilégios; em segundo lugar, porque o PT tem o dever de operar positivamente no Congresso e na sociedade, oferecendo alternativas que evitem o seu isolamento e; terceiro, porque um partido de esquerda tem que ser reformador - não pode "tornar-se porta-voz exclusivo de minorias que já têm direitos consolidados".

Esta posição da DR enseja uma reflexão em três planos: no da oportunidade das reformas constitucionais; no da tática adequada para enfrentá-las; e no do direito democrático, de divergir das posições partidárias.

A oportunidade da reforma

Quanto à tese definida pela DR de que o PT deveria oferecer alternativas às emendas constitucionais, a primeira observação a fazer é a de que há reformas e reformas. Reformas para concentrar riquezas e reformas para destruí-las; reformas para assegurar o monopólio do poder político e reformas para democratizar esse poder; reformas para conservar o poder das elites e colonizar o país e reformas para encaminhá-lo para o socialismo.

Obviamente, o companheiro Genoíno e a DR referem-se às segundas e aí surge a questão: é possível introduzir estas reformas no bojo das primeiras? Não estamos diante de sistemas antagônicos, que se excluem reciprocamente? A posição reformista desses companheiros ficaria muito mais nítida, se em vez de elencar exclusivamente as reformas do governo, afirmassem a necessidade da reforma agrária, da reforma urbana, da reforma educacional, destinada a assegurar o ensino público, gratuito e de boa qualidade a toda a juventude. Se não faz isso, por entender que não há base política, por que legitimar o tema da reforma, aceitando uma agenda que foi imposta pela direita? Contribuiria também para nitidez da posição reformista da DR, a denúncia da emenda de "flexibilização" do monopólio estatal, como desnecessária, pois, o texto atual da Constituição não impede, de modo algum, as parcerias preconizadas no artigo do companheiro Genoíno. A Petrobrás as está fazendo todos os dias.

A tática da bancada

Quanto à tática parlamentar, cabe dizer que as bancadas minoritárias no Congresso podem: denunciar e

marcar posição; negociar e obter vitórias parciais. Ambas podem ser corretas, dependendo das circunstâncias.

Na Constituinte, por exemplo, vivíamos um clima de ascensão do movimento popular (um ciclo que começa com as Diretas, refluí com o colégio eleitoral, retoma com as eleições municipais de 85, cresce com a extraordinária mobilização das entidades da sociedade civil na Constituinte, e desemboca na extraordinária campanha do Lula em 89). Em um contexto assim, a tática não podia ser outra que a da negociação, porque, combinando uma presença ativíssima nas Comissões no Plenário com uma forte pressão de massas, a bancada conseguia avanços aparentemente impossíveis de conseguir em uma Assembléia majoritariamente conservadora.

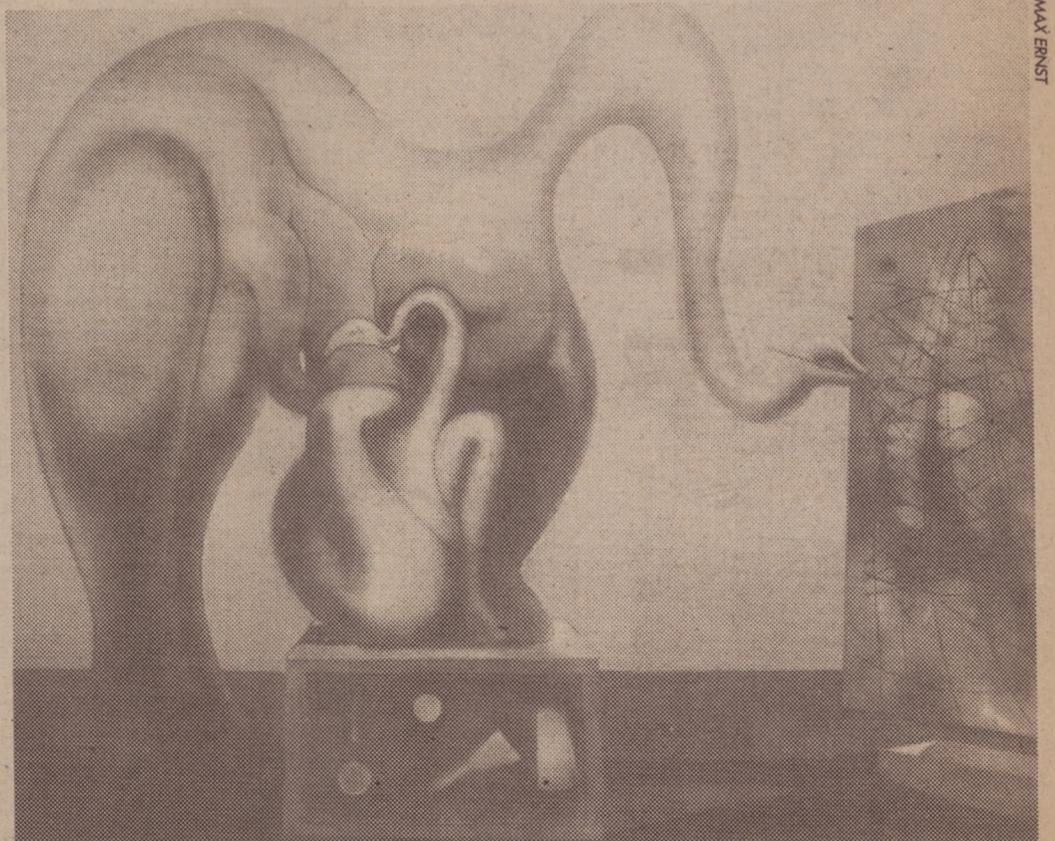
A situação hoje é completamente outra. O movimento popular sofreu derrotas em 90 e em 94, encontrando-se desmoralizado e traumatizado pela ofensiva neoliberal aqui e em todo mundo. No Congresso, a direita conseguiu montar um "rolo compressor" muito mais conseqüente e sólido do que o "Centrão". Apoiada nesses dois pilares, armou um gigantesco dispositivo de propaganda, destinado a incutir na população uma idéia básica: a reforma constitucional é a condição indispensável para evitar o atraso, a estagnação, o desemprego, e a pobreza. Ora, sabemos que isto não é assim. Não há qualquer necessidade de alterar a Constituição para avançar bastante nesses quatro campos, mediante legislação infraconstitucional e políticas públicas. Sabemos também que as reformas constitucionais neoliberais visam exatamente o inverso disso.

Se o PT aceitar a tática da negociação estará contribuindo para a confusão que a direita quer criar na opinião pública. Se FHC fala em reforma e o PT também fala em reforma, sem distinguir claramente uma da outra, o homem comum tenderá a crer que ela é mesmo indispensável e não será difícil à mídia impingir-lhe a idéia que as divergências petistas não passam de oposição barato.

Se o PT aceitar a tática de negociar as reformas, como defende a Democracia Radical, contribuirá para confundir a opinião pública.

O princípio da democracia tem que estar associado ao da responsabilidade política. A minoria não pode permitir que sua crítica sirva aos propósitos do adversário.

O SURREALISMO E A PINTURA, 1942.



MAX ERNST

VOGEL, 1942.



MAX ERNST

CORRESPONDÊNCIA
PERIGOSA, 1947.



MAX ERNST

O argumento de que, ao propor alternativas e participar do jogo, podemos fazer a distinção entre um e outro tipo de reforma, seria válido se dispuzéssemos de veículos de comunicação de massas. Não dispondo, trata-se de uma falácia. Não usamos a mídia; somos usados por ela para passar um recado geral que não deixa espaço efetivo para a distinção que queremos fazer. Nesse contexto, não podemos responsabilmente falar em modificar as reformas que o governo propõe.

Neste momento, a tática correta é a da denúncia. Está na hora de “marcar posição” e não de fugir do isolamento a qualquer custo. O PT ficou isolado no episódio do colégio eleitoral, mas logo os fatos deram-lhe a razão e o povo o premiou em 88 e 89. Esta menção ao colégio eleitoral refere-se exclusivamente ao argumento do risco de isolamento. Não significa de modo algum que a situação seja a mesma hoje e que o PT considere impossível evitar reformas neoliberais. Quando a direita monta um “rolo compressor” no Congresso, não há jeito nenhum de derrotá-la senão mediante uma combinação de luta parlamentar com pressão popular e foi isso exatamente o que se fez na Constituinte. Ora, como será possível suscitar essa pressão, se o PT não furar a barragem da propaganda, sinalizando claramente sua posição de repúdio às reformas neoliberais?

O debate com a Democracia Radical

Quanto ao direito que os companheiros da DR têm de discordar da direção e de expor publicamente essa discordância, entramos no terreno da democracia. O princípio democrático é o da maioria. Mas este princípio, para ser váli-

do, precisa articular-se com outros dois: o da rotatividade no poder e o dos direitos das minorias.

Tratando-se de um partido, esse direito de voz deve exercer-se exclusivamente no âmbito interno da agremiação ou pode extrapolar-se para toda sociedade, através da imprensa?

Tendo em vista que os sistemas de comunicação internos dos partidos são extremamente precários, se a minoria opositora não falar na imprensa, os militantes desconhecerão suas posições. Sem dúvida, os membros da DR têm todo o direito de criticar as posições da maioria do DN e da maioria da bancada federal do partido, pelos jornais.

Isto não os exime, contudo, da obrigação de obedecer outro princípio da democracia: o princípio da responsabilidade política. Entramos aqui no campo da ética: é correto criticar publicamente as posições majoritárias, diante do ataque tendencioso, desonesto, maciço e avassalador da mídia do “establishment” contra o PT, distorcendo completamente a imagem do partido, a fim de fazer a opinião pública acreditar que se trata de uma organização totalitária?

Ainda aqui a resposta deve ser positiva, porque a parcialidade da mídia não pode servir de pretexto para impedir a oposição de manifestar sua discrepância. Mas - atenção! - neste caso o modo de fazer esta crítica assume uma importância ética extraordinária. A minoria tem o direito de vocalizar publicamente sua divergência mas não pode, sem quebra de lealdade partidária, permitir que essa crítica sirva aos propósitos dos adversários. E como estamos no terreno da ética, o foro dessa questão é a consciência dos atores. □

Este artigo foi reproduzido do boletim-fax Agendas e Contextos nº20, de 25 de maio. Os intertítulos são da edição do Em Tempo. O Agendas e Contextos pode ser contactado pelo fax 573-7471.

Crises do trabalho

Ricardo Antunes - *Adeus ao trabalho?*
Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Ed. Cortez / Ed. Unicamp, 1995.

No recente livro *Adeus ao trabalho?*, Ricardo Antunes, acadêmico identificado com a esquerda do PT, discute as mudanças do mundo do trabalho e a resposta operária. Tem uma boa análise da situação (ainda que tão só dos países imperialistas), mas oferece poucas pistas sobre “o que fazer?”.

Frisa a novidade do grau de “heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” na fase atual do capitalismo. Ressalta que no “centro” do processo produtivo “encontra-se o grupo de trabalhadores ... que permanece em tempo integral dentro das fábricas, com maior segurança no trabalho e mais inserido na empresa. Com algumas vantagens que decorrem desta ‘maior integração’”.

Na “periferia”, a “força de trabalho compreende dois subgrupos diferenciados: o primeiro consiste em ‘empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho... Esse subgrupo ten-

de a se caracterizar por uma alta rotatividade no trabalho. O segundo grupo...oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança no emprego do que o primeiro grupo periférico.” É o grupo que mais cresce.

Frente esse quadro identifica “a crise mais intensa” da história do sindicalismo, a partir dos '80 nos países imperialistas e mais tarde nos semi-industrializados como o Brasil. (Aqui exagera as virtudes dos *anos dourados* do sindicalismo dos países imperialistas.)

Há dois desafios prioritários que Antunes identifica. Primeiro: identidade de classe dos trabalhadores do “centro”. Há no toyotismo um desafio novo: a diminuição de hierarquias, a redução do despotismo frabril, a maior participação do trabalhador na concepção do processo produtivo, constituem “singularidades” desta forma capitalistas de organização do processo de trabalho, que facilitam a cooptação do trabalho pelo capital. Agregue-

mos que no Brasil constitui um desafio fortíssimo ao PT e a CUT, já que esses trabalhadores que estão no centro das mutações foram e são a coluna vertebral de sua base social. Segundo: reatar relações entre trabalhadores do “centro” e da “periferia” da produção, “objetivamente” distanciados pela atual organização da produção capitalista.

Se a alienação (“estranhamento”) do trabalho e a exploração capitalista do trabalho continuam, é àquelas “singularidades” que devemos responder. Antunes enxerga dois campos possíveis de resposta (*participação-negociação X classismo*), que no final irá aplicar sem muitas mediações à da CUT.

É um instrumental muito pobre para entender a CUT. Frente ao “novo”, a militância cutista (para além dos “campos” que os acadêmicos imaginam) tem respondido de uma forma muito variada e rica que as pesquisas não acompanham. O esforço da esquerda petista na CUT hoje é de buscar uma nova síntese dessas experiências não a contraposição sectária elas. □

Gustavo Cotas é assessor da CUT

Derrota da esquerda

FÉLIX RUIZ SANCHEZ

A aliança da Unidade na Luta e da Democracia Radical, apesar de minoritária, conseguiu uma vitória importante no Encontro Municipal de 25 de junho, ao eleger Jilmar Tatto, da Unidade na Luta, para presidir o Diretório Municipal de São Paulo.

Embora majoritário no número de delegados, o campo da esquerda não conseguiu se apresentar de forma unificada e manter a presidência do DM. Sectarismos de todo tipo, rebaixamento do debate e uma grande desorientação transformaram a disputa pelo controle do maior diretório municipal do país em uma armadilha para a esquerda petista, especialmente a Opção de Esquerda.

A Opção de Esquerda, com quase 44% dos delegados, se apresentou em duas chapas, "Opção de Esquerda" (DS, Fórum Socialista, que reúne a antiga Vertente Socialista e o Fórum do Interior, e a dissidência do HV) com 18% e "Reafirmar o PT prá valer (Hora da Verdade)" com 26%.

O Na Luta PT, com 16% dos delegados ao Encontro também se dividiu em duas chapas, a de O Trabalho e grupos regionais com 7% e a da Força Socialista com a Plenária Socialista (Luiz Eduardo Greenhalg) com 9%.

Com 60% dos delegados, estes campos políticos também se dividiram na questão da presidência. Contra a candidatura de Jilmar Tatto que unificou a Democracia Radical e a Unidade na Luta, a esquerda lançou dois candidatos a presidente: Cândido Vaccarezza, da maioria do HV, e Sônia Hypólito, da dissidência do HV e apoiada pelo restante da Opção de Esquerda e pelo Na Luta PT. A disputa do segundo turno se deu entre Tatto e Sônia Hypólito, já que Vaccarezza foi o terceiro colocado. No segundo turno, o deslocamento de quase a metade dos votos do HV do Vaccarezza para Tatto lhe garantiram os votos para se eleger presidente.

Essa derrota da esquerda em São Paulo põe a nu as crescentes dificuldades dos campos da Opção de Esquerda e do Na Luta PT para serem referência na disputa de rumos do partido no próximo período.

Divergências na OE

Desde o Encontro que, em outubro de 1994, deliberou o voto em Covas no segundo turno da eleição para governador, vem se firmando ao interior do HV, com repercussões na Opção de Esquerda, um processo de diferenciação de posições, envolvendo a orientação para a conjuntura, o balanço da campanha de 94 e a discussão sobre a forma da esquerda intervir na recomposição de uma direção para o partido nos vários níveis.

O setor majoritário da Articulação de Esquerda na capital defende uma linha de aproximação com os setores da Articulação Unidade na Luta, representados por Lula, Zé Dirceu e Aloísio Mercadante. Durante o processo dos encontros, lideranças desse setor chegaram a indicar a possibilidade de apoiar a candidatura de Dirceu para a presidência do PT estadual. Em relação ao restante da Opção de Esquerda esse setor do HV condicionou a chapa para o DM à aceitação pelas outras forças da candidatura de Vaccarezza à reeleição.

No bojo desse processo, o surgimento da candidatura de Sônia Hypólito, do HV, como alternativa à do Vaccarezza ganhou força dentro de setores da Opção de Esquerda descontentes com o método da imposição e a orientação da

maioria da Articulação de Esquerda em São Paulo.

O peso muito pequeno do setor dissidente do HV no PT da capital e o receio de estimular um clima de disputa sectária entre os setores dessa corrente foram uma preocupação permanente no Encontro. Durante todo o processo buscamos estabelecer pontes com o setor do HV que apoiava Vaccarezza, no sentido de garantir a vitória da esquerda no Encontro.

O 9º Encontro Municipal

Os encontros de base e o debate prévio ao municipal foram dominados pelo confronto entre as candidaturas presidenciais. Aí, a discussão de rumos do partido não teve espaço. A cobertura que a imprensa deu ao processo tentou explorar as divergências no interior da OE, estabelecendo uma contraposição entre as candidaturas favoráveis e contrárias ao Lula e à candidatura de Aloísio Mercadante para prefeitura paulistana. A sectarização entre os setores do HV cresceu a uma semana do Encontro com o vazamento para a imprensa de documentos internos relativos a um pedido de comissão de ética, recusada pela Executiva Estadual, contra um companheiro do HV que apoiava Vaccarezza.

Durante o Encontro, o setor majoritário do HV buscou estabelecer uma nítida demarcação com o campo à esquerda do partido nos pontos de conjuntura e balanço da campanha de 94 onde compôs maioria com a Articulação Unidade na Luta/Democracia Radical.

A intervenção da DS junto aos setores que com ela formaram chapa buscou construir um campo majoritário de esquerda capaz de manter a presidência do partido. Para manter um perfil claro de posições, se opôs à formação de uma chapa envolvendo todo o Na Luta PT (inclusive O Trabalho). Assinou com outros setores uma carta condenando o uso da imprensa para a luta interna e o ataque sem fundamento a companheiros do partido. Defendeu a gestão da esquerda no DM face aos ataques do setor Tatto.

"A noite dos punhais" foi a metáfora que a **Folha** usou para descrever um Encontro onde o sectarismo e as acusações de traição esconderam as divergências políticas e impediram a unidade da esquerda. A defecção no segundo turno de uma parcela da esquerda petista para a candidatura de Tatto aponta as dificuldades da OE nos Encontros Estadual e Nacional. □

Felix Sanchez é membro da Executiva Municipal do PT de São Paulo.

As divisões da esquerda no Encontro Municipal de São Paulo permitiram a vitória da aliança entre a Unidade na Luta e a Democracia Radical.

OS RESTOS DA SOMBRA.



RENÉ MAGRITTE

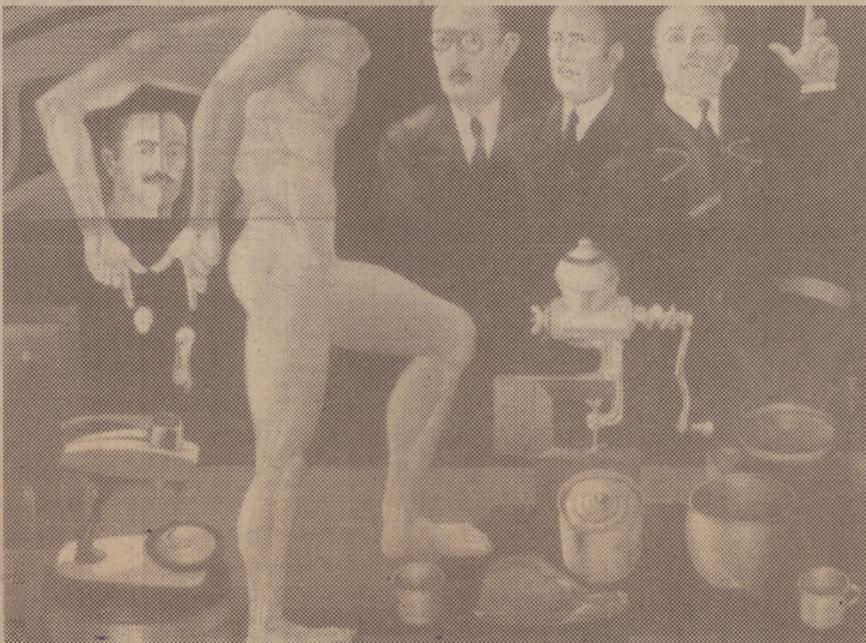
A vida antes da chuva

WILLIAM AGUIAR

Uma casa de marimbondos vela o sono dos guerrilheiros. A vida entre as colinas albanesas e macedônicas desperta todos os dias com as expectativas de reféns e a angústia de uma existência que esbarra nos limites das fronteiras e nas dificuldades impostas pelas diferenças étnico-religiosas. Um limite que só é transposto por olhares, histórias de amores ainda não acabados e desejos dispostos a esperar o quanto for preciso, sob a mira de uma metralhadora, à mercê do humor de quem está com o dedo no gatilho. A poesia fica por conta da chuva, que é indiferente aos conflitos e cai dos dois lados das trincheiras.

Antes da Chuva, um filme de produção macedônica e inglesa com direção de Milcho Manchevski, traz os pontos comuns de realidades teoricamente diferentes. A determinação dos grupos em luta é de uma religiosidade invejável. Albaneses e macedônicos se enfrentam em territórios muito próximos, exacerbando a inexistência de limites. Deixa-se ao espectador a tarefa de julgar, mesmo sem elementos suficientes, situações nas quais a vida é tão menos importante que a tentativa de entender

JOÃO CÂMARA



1930, (CENA DA VIDA BRASILEIRA).

o conflito. Em meio a isso, um mosteiro que, longe de estar deslocado do universo conflituado, corrobora a idéia de que o homem é prisioneiro de seus sonhos e que luta por eles de maneira consciente.

Impossível não levar em consideração a história da região, que já viveu sob influência de grandes impérios e passou por sistemas que ora unificavam, ora separavam os povos. O filme traduz a maneira como ex-iugoslavos resolvem suas diferenças, com base num roteiro cuja estrutura permite voltar sempre ao ponto de partida. Através deste caráter circular, Manchevski mostra as expectativas de um

fotógrafo em relação seus amores e a força de suas idéias, construídas com uma grande carga da cultura de seu povo.

Apresenta, ainda, a realidade de uma agência de comunicação inglesa, que aparece com um olhar silencioso e tenso de duas situações que se misturam: uma proposta de casamento e o conseqüente posicionamento político depois da decisão. A inversão de sentimentos referentes às realidades urbana e rural é um método digno de premiação. O clima de tensão é sentido muito mais quando as cenas se passam em Londres, do que nas colinas albanesas onde o silêncio é quebrado constantemente por rajadas de metralhadoras e tiros de fuzil. O medo e a desconfiança são sentimentos presentes tanto na confusão do trânsito de uma cidade britânica, quanto numa região em conflito onde a população é possuidora de uma excitabilidade histórica. A tranqüilidade também.

Antes da Chuva expõe, no seu ritmo, uma gama de situações, nos quais o ser humano é colocado frente a frente com suas contradições, sejam de natureza religiosa, política ou ética. *Antes da Chuva* poderia, ainda, não ter texto. Mas tem e é muito bom. Durante a projeção, se tem uma impressão de familiaridade, que nada mais é do que identificação com os sentimentos projetados, ao mesmo tempo, na tela e no espectador. □

Aids e trabalho

FERNANDA ESTIMA

A Aids esteve relacionada, nos anos 80, aos chamados 'grupos de risco': homossexuais, prostitutas, hemofílicos e usuários de drogas injetáveis. Esta visão da contaminação acabou criando uma situação caótica. O Brasil já é o segundo país em número de contaminações.

A população em geral, carente de informação, tende a acreditar que "nunca acontecerá com ela". O preconceito e a discriminação, também gerados pela visão de 'grupos de risco', acabam por isolar o doente de Aids, provocando uma situação de morte anunciada.

Assim, o HIV acabou disseminando-se entre todos, e crescentemente entre as mulheres. Hoje, para cada quatro homens contaminados encontramos uma mulher. A crença na fidelidade transformou as mulheres em vítimas maiores da Aids. Atualmente, em São Paulo, as donas de casa são a segunda categoria em número de óbitos por Aids.



O Ministério da Saúde pouco faz pela prevenção, deixando esta tarefa para as várias organizações não-governamentais, que inclusive recebem verbas para cumprir um papel que deveria ser do Estado. O que se gasta com prevenção é muito pouco perto da fortuna dispendida com o atendimento ao soropositivo.

A faixa etária de 20 a 45 anos representa a massa de trabalhadores do Brasil. Com o alto índice de contaminações atingindo este setor, nem o capital, nem os sindicatos podem esca-

par da necessidade de discutir a epidemia da Aids. Enquanto algumas empresas, percebendo o prejuízo que se avizinha, começam a fazer atividades de prevenção nos locais de trabalho, outras ainda preferem demitir funcionários soropositivos.

Neste sentido, a CUT, através da Comissão Nacional de Prevenção à Aids, vem trabalhando com os sindicatos filiados as formas de levar para as mais diversas categorias discussões sobre prevenção, direitos e solidariedade.

O movimento sindical brasileiro começa a perceber que, além das questões meramente econômicas, precisa dar respostas também a este problema. São os trabalhadores que estão sendo contaminados, demitidos e discriminados. Mas ainda há um longo caminho a trilhar. Discutir o uso de preservativo, os meios de prevenção entre os usuários de drogas injetáveis, quebrar os tabus reinantes devem ser tarefas que ultrapassem os trabalhos desenvolvidos pelas ONG's, levando para a realidade dos trabalhadores todas as questões referentes à Aids. □

Tá na hora de partir para a ação

OTAVIANO CARVALHO

A cada momento da luta social no Brasil uma dura e perversa realidade acompanha nossas avaliações: até quando teremos a constante manipulação da informação por parte das elites?

Nossa indignação sempre se expressou nas milhares de teses, seminários e encontros que analisaram a constituição do império Globo, o processo de acertos entre a ditadura e o Grupo Sílvio Santos, as bandalheiras de Sarney nas distribuições de milhares de concessões etc.

O resultado mais positivo deste importante esforço teórico é encontrado no Documento *Bases de um Programa para Democratização de Comunicação no Brasil* do "Fórum Nacional de Democratização da Comunicação no Brasil", de sua plenária de junho de 1994. Temos hoje que avançar na luta por este programa, combinando nossos espaços institucionais com ações claras de desobediência civil, que cabem a todos nós.

Desobediência civil

O governo petista do Espírito Santo tem sob sua direção uma emissora de rádio AM e uma emissora de TV Educativa. Pela pesquisa IBOPE de maio de 1995, a Rádio Espírito Santo, é a terceira em audiência, com 11%, sendo a líder em vários horários. A TV Educativa, totalmente sucateada, amarga a última colocação. Isso mostra o potencial e os desafios de um governo petista. Mas estamos usando todo o nosso potencial na luta pela democratização da comunicação no Brasil?

Uma pequena pesquisa mostra que dez prefeituras administradas pelo PT podem ter canais de rádio FM, devendo apenas requerer os já disponíveis canais educativos. Destas, duas podem também requerer canais de TV Educativas. Pelo quadro ao lado, dá para sentir nosso grau de indignação quando o assunto é comunicação.

Estes dados não estão atualizados. São de 06/03/91. Mas o fato de já estarmos administrando alguns municípios pela segunda vez (Ipatinga, Angra dos Reis e Santos) apenas reforça a falta de ações práticas para ampliar nossa capacidade de comunicação. Hoje, as novas tecnologias permitem a constituição de uma Rede Nacional de Rádio, o que reduz em muito seus custos.

Por fim, ainda na luta prática pela democratização da comunicação, teremos um novo campo nos próximos meses, com a regulamentação da TV a cabo.

Não é exagero afirmar que existem mais de mil rádios livres em todo o Brasil. Esta situação tem obrigado o próprio Ministério das Telecomunicações a fazer vista grossa, e somente em poucos casos a fiscalização age. Porém, é necessário avançar cada vez mais. Da mesma forma que não estamos ocupando todos os espaços institucionais, temos sido muito pouco ousados na organização de um amplo movimento de criação de rádios livres no Brasil. Se o custo financeiro é baixo (monta-se uma emissora de baixa frequência com mil reais), o espaço a ser alcançado é enorme. É chegada a hora do PT e dos demais partidos da esquerda se articularem, e juntos planejarem uma verdadeira guerrilha eletrônica neste país. Em novembro, podemos ter inauguração de uma centena de rádios livres, organizadas e dirigidas pelas entidades do movimento negro. Em 8 de março do próximo ano, podemos ter mais centenas vinculadas ao movimento de mulheres. Em 1º de

maio de 96, o movimento sindical pode colocar no ar mais quinhentas.

Ações concretas

A constituição de Conselhos de Comunicação Social, antiga bandeira da luta pela democratização da mídia, deve ser assumida pelo PT. Para sair do debate teórico, estes Conselhos podem começar mapeando todas as renovações de outorgas de TV, em sua respectiva área de atuação. É importante registrar que a cada dez anos as emissoras de rádios e TV passam por uma avaliação pelo Ministério das Telecomunicações. Em cada cidade, administrada ou não pelo PT, podemos construir amplos movimentos, que através de audiências públicas, podem se manifestar sobre a conveniência de se renovar as outorgas.

Todos os especialistas concordam que, no prazo máximo de dez anos, a TV a cabo será mais importante que a TV convencional. É hora de começarmos o aquecimento para essa batalha. Teremos seis canais de utilidade pública, de uso gratuito para todos os assinantes de TV a cabo. Três serão canais legislativos (um para o Senado, um para a Câmara dos Deputados e o de uso compartilhado entre as Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores). Um canal educativo deverá ser compartilhado com os órgãos que lidam com a cultura nos governos municipais, estaduais e federal. Um canal universitário será para uso comum das universidades da área coberta pela TV a cabo. E teremos também um canal comunitário, para uso de entidades sem fins lucrativos.

Temos hoje companheiros do PT em muitos destes espaços. Cabe ao partido entrar aí construindo uma rede nacional de produção de programas, já que os custos dificultarão (e muito) a ocupação destes espaços pelas prefeituras e Câmaras com pequeno orçamento. □

Muita coisa pode ser feita desde já no sentido de democratizar os meios de comunicação de massas.

Cidade	Canal de rádio	canal de TV
Rio Branco - AC	FM	
Itabuna - BA	FM	
Quixadá - CE	FM	
Ecoporanga - ES	FM	
Ipatinga - MG	FM	VHF
Goiânia - GO	FM	
Angra dos Reis	FM	
S. J. Campos - SP	FM	
Santos - SP	FM	
Ribeirão Preto - SP	FM	VHF

Otaviano Carvalho é Secretário de Comunicação Social do governo do Espírito Santo.

MUJER ANGEL, MÉXICO, 1979.



GRACIELA TURIBIDE

FRANCISCO DE OLIVEIRA

Diz-se que pelo dedo se conhece o gigante. A nomeação do Conselho do Programa Comunidades Solidárias diz bem o que é o governo Fernando Henrique Cardoso. A organização desse Conselho, na verdade, busca *concentrar o assistencialismo*. Não que eu seja contra o assistencialismo. Uma das razões pelas quais apoio a Campanha da Cidadania contra a Fome desde o princípio é porque para mim há muita diferença entre morrer e não morrer. Acho que, em algumas situações, é preciso uma ação direta do Estado que supra carências provocadas pelo tipo de economia, pela inserção dos grupos e classes nesse processo. Então, de minha parte, não há nenhum purismo contra a assistência social. Acredito, parodiando o título do filme de Marilyn Monroe, que “quanto melhor, melhor”.

Ignorando a cidadania

Esse Conselho tem várias finalidades. E a primeira delas é fazer uma política do tipo quercista - o que parece uma contradição em se tratando de tucanos. Mas, na verdade, seu objetivo número um é *finçar o PSDB em cada município brasileiro*, posto que o PSDB não tem base municipal alguma. Este é um dado que não deve escapar à nossa análise. O ponto para qual eu queria chamar a atenção, porém, é a *forma de constituição desse Conselho*. É a partir dele que a gente pode identificar o feito do governo. Se tal programa visasse um novo estilo de relação entre o governo e a sociedade, uma novo estilo que captasse os avanços que a cidadania fez ao longo desta última década, a formação do Conselho seria radicalmente diferente. Quem são os integrantes do Conselho?

Eu disse a alguém muito próximo do governo: mas vocês não estão chamando representantes da sociedade. E ele me respondeu: é precisamente isso que não se quer; não se quer

representantes que falem com autoridade de suas organizações. Aí eu comentei: isso mostra que a via de vocês é liberal mesmo. No século 19, chamar alguém de liberal era um elogio; mas, e no século 20? Porque quem são o Renato Aragão, a Regina Duarte, o Gilberto Gil? São representantes da sociedade? Nesse caso, quem os nomeou? E acrescentei: vocês pescam, precisamente, a dupla condição; pescam indivíduos socialmente notórios; mas indivíduos notórios por força de um meio essencialmente desagregador das organizações da sociedade civil, que é a televisão. São três artistas de televisão: isso diz tudo a respeito do Conselho.

Meu interlocutor argumentou, então, que não se tratava de escolher representantes, pessoas que trouxessem para o conselho as demandas dos diversos setores sociais, porque o problema da miséria era geral na sociedade. Eu disse: olha, eu conheço esse discurso; isso é pré-Locke; é de um individualismo, de uma atomização anteriores a Locke. Eu teria feito exatamente o contrário, chamado representantes da sociedade civil organizada, porque é disso que se trata. A pancada foi forte e ele replicou: mas o que você me diz do D. Luciano Mendes de Almeida? Eu respondi: D. Luciano é uma contradição, porque ele é, evidentemente, um representante da Igreja. Vocês não são trouxas, mas não chamaram D. Luciano pelos belos olhos dele. Por que então não seguir o mesmo critério em relação aos outros integrantes do Conselho? Por que não convidar representantes de outros setores organizados da sociedade? Não fazem o mesmo porque *o projeto de vocês é neoliberal e populista*.

Neoliberalismo com populismo

Nada é à toa. A forma de constituição desse Conselho como se diz muito a respeito de qual é o projeto do governo Fernando Henrique Cardoso. E, aqui, é bom esclarecer desde logo que eu não faço nenhuma análise desengajada. Sou parcial, sim. Não estou fazendo teoria política abstrata. Estou frente ao caso concreto de um governo que tem diretrizes, e, perante o qual, eu também, como cidadão político, tenho opções e diretrizes. Não estou querendo vender uma imagem de imparcialidade. Estou contra. Por outro lado, procuro perceber alguns sintomas que ajudem no processo de reflexão. Não estou somente botando minha bile para fora.

Eu acho que o projeto desse governo é realmente ruim e me faz lembrar o título daquele filme *Arquitetura da destruição* (risos). Exagero à parte, é um projeto que combina com diretriz muito fortemente neoliberal com uma tentativa populista de que esse Conselho talvez seja o sintoma mais expressivo. Ele recolhe a velha tradição do populismo de ir diretamente ao povo, essa entidade mítica, saltando as mediações que a própria sociedade construiu no seu processo de representação, no seu processo de luta contra a miséria, nos vários processos que constituem a riqueza desta formação, que, nos últimos dez anos, ganhou uma extraordinária densidade. Salta por cima das organizações da sociedade, *reconhecendo, como única mediação, o fato de existirem municípios e estados*.

Estes, o governo não quer saltar, porque faz parte de sua estratégia *ampliar o número de aliados*. E também porque ninguém deixa você entrar no seu quintal impunemente. Evidentemente, há estados, como o Acre, onde o governo federal pode saltar diretamente dentro de um município. Mas, num estado como São Paulo, o governo não tem capacidade para fazer isso. Então, atendendo ao realismo político, estados e municípios são preservados como mediadores nessa coisa. Fora isso, saltam-se todas as organizações da sociedade: entidades civis, movimentos populares organizados, sindicatos, enfim, todo aquele conjunto da sociedade civil que não é bem a sociedade civil hegeliana do mercado, mas é a sociedade civil gramsciana do antimercado.

Busca de base social

A constituição desse Conselho expressa, a meu modo de ver, a tentativa de combinar neoliberalismo com populismo, *a tentativa de se construir bases populares para um projeto hegemônico duradouro*. O governo Fernando Henrique não é para ser menosprezado, não é para ser levado na galhofa, não é um governo Collor. Está muitos pontos e muitos furos acima disso. É um governo que realmente formulou uma estratégia de hegemonia que estava ausente da capacidade das classes e grupos dominantes. *É a primeira vez, nos últimos vinte anos, que os grupos dominantes no Brasil re-*

PAISAGEM XXVIII, 1974.



HR GIGER

Sociais

cuperaram a capacidade de iniciativa política. Nestas duas últimas décadas, assistiu-se à erosão da capacidade dos grupos dominantes no Brasil terem um projeto hegemônico para o país. Desenha-se agora um projeto duradouro, para o qual falta, porém, uma base social mais consistente.

Para exagerar - como os mestres da caricatura, que eu gostaria de ter sido - esse projeto tem ambição de um PRI mexicano. Não é a mesma coisa, bem entendido. Apesar de inimigo desse projeto, eu não faço simplificações. Mas ele também tem a ambição de um PRI mexicano. Busca ter bases sociais que o tornem capaz de resistir a conjuntura, desfavoráveis. Porque todo mundo sabe que o presidente Fernando Henrique foi eleito pelo Real, com a ajuda da Rede Globo. Sua base social, uma base social consistente, duradoura, capaz de lhe conferir capacidade para o exercício da hegemonia e implementação dos projetos dessa hegemonia, não existe. Na verdade, de trinta anos para cá o voto popular tem sido sistematicamente contra os grupos dominantes. E não se constrói um projeto hegemônico sem bases sociais consistentes.

A obtenção de um consenso pode percorrer várias vias, porém. No Brasil, ela se deu, primeiro, pela violência, com a implantação da ditadura, em 1964. Depois ganhou uma certa legitimidade. Lembremo-nos de Médici, da Copa do Mundo: havia então, uma base social para a ditadura, sem dúvida nenhuma. Essa base social era bastante ampla. Incluía setores importantes de nós mesmos, das classes médias; incluía parte enorme do "povão". Mas não tinha consistência. Precisamente porque a ditadura não tratava de mobilizar; tratava de desmobilizar. Isso custou-lhe caro na hora que o movimento da sociedade mudou as regras do jogo.

Mas uma outra forma de construir a hegemonia é a do PRI. Há uma revolução, que sacode todas as estruturas da sociedade, e, a partir do consenso obtido por esse meio, estrutura-se uma ditadura, que é bem o nome que o regime mexicano merece. Outros processos são mais complexos, mais democráticos até. É possível também alcançar a hegemonia através de processos democráticos, como uma larga predominância que a social democracia mostrou em mais da metade do mundo desenvolvido. Portanto, eu não quero simplificar, apesar de gostar muito da caricatura.

Capturar pelas carências

O projeto do governo Fernando Henrique é muito complicado, porque, evidentemente, não se trata de uma tentativa de obter o consenso pela repressão. Também não é um projeto que tenta a hegemonia através de uma revolução no sistema político, social e econômico. Ela se situa na faixa estreita de uma tentativa de hegemonia que pode ser feita de forma democrática, beirando o consenso de amplas camadas da população. E aí, a forma democrática se desdobra em



PAISAGEM XVIII, 1973

subformas, das quais podemos destacar duas. Uma é aquela que busca levar o processo adiante através de uma *formação de um consenso com os setores organizados da sociedade*, que é bem a tradição social-democrata, social-democrata *hard*, não essa social-democracia *light*, que de social-democracia só tem o nome.

A outra forma democrática de construção da hegemonia, que não passa pela repressão nem pela revolução, mas *se vale apenas do voto*, é aquela que, ao invés de buscar a sociedade civil organizada, busca o oposto. Essa foi a *forma populista* e é, mais ou menos, *a forma pela qual a hegemonia do neoliberalismo se exerce hoje nas sociedades desenvolvidas*. É desprezando ou trabalhando contra ou tentando destruir organizações da sociedade que o projeto de hegemonia tenta se ampliar.

A maior perversidade é que *esse projeto tenta capturar a sociedade civil não a partir de seus interesses, mas a partir de suas carências*. Há, sim, um reconhecimento da situação material, mas que caminha no sentido oposto ao da constituição de direitos. Não é à toa que o núcleo das propostas do governo ataca os direitos civis, sociais, trabalhistas e até políticos. O núcleo das propostas do governo ataca, precisamente, os direitos da cidadania. São formas democráticas, não há dúvida nenhuma, mas que trabalham contra as organizações que a própria sociedade civil construiu, procurando capturá-la mediante processos meramente eleitorais, e *buscando essa captura através da noção de carências e não da noção de direitos*.

Trata-se de um projeto hegemônico, com força, que busca, para sua durabilidade, soltar uma âncora firme no meio popular. Pois, no meio da burguesia, sua âncora já está mais do que firme. Não estou dizendo que não existam contradições. Mas, sem dúvida nenhuma, existe uma âncora firme do lado da grande burguesia. Esse projeto hegemônico tomou o discurso da grande burguesia, reelaborou-o e o expressa nas principais medidas do governo, o que lhe falta é uma âncora popular, uma âncora que lhe permita não ficar ao sabor da ventania conjuntural. Para mim, o Conselho das Comunidades Solidárias representa exatamente essa

tentativa de deitar âncora no meio popular.

A batalha mais feroz

Isso coloca, para nós, um desafio como não enfrentamos nos últimos vinte anos. É precisamente nesse terreno que o combate é sério. O que fazer? Essa é uma pergunta para qual eu não tenho resposta. Tento fazer o melhor que posso, elevar o tom da indignação, mas isso só não basta. Talvez seja preciso reinventar o nosso modo de trabalhar: o como, o por onde, o quando. A própria entidade à qual eu pertencço - o Cebrap - se parece cada vez menos com uma organização da sociedade civil. Já foi. Mas, hoje, se parece cada vez menos. Tentamos manter uma voz plural, uma capacidade de discutir projetos alternativos, mas, sem dúvida nenhuma, eu acho que ela está menos sujeita a chuvas e vendavais do que outras organizações não governamentais. E está menos sujeita não porque seja melhor, mas porque *opera num campo onde o projeto neoliberal já ganhou muita adesão*. Refiro-me ao campo da intelectualidade.

A eleição do Fernando Henrique legitimou a direitização de parte da intelectualidade brasileira. Se o príncipe dos sociólogos pode, hoje, ter teses neoliberais, isso suprime o pesado fardo que algumas pessoas carregavam de parecer de esquerda a vida toda (risos). É verdade. Tem muita gente que se aliviou daquele peso enorme que era carregar o fato de ter começado a vida como militante de esquerda. A aura intelectual do Fernando Henrique legitimou isso. Sua eleição soou uma mensagem do tipo "não se preocupem mais, a gente pode ser direita agora, isso não é mais estigmatizante". Já no campo das organizações que lidam propriamente com a voz do social, a voz da sociedade organizada, a batalha é mais feroz. Trata-se de um campo mais largo, onde, felizmente, existem mais opções, mais atores. Mas, nem por isso, o desafio é menor. □

Este artigo foi reproduzido da *Revista da ABONG*, Associação Brasileira de ONGs. A edição, intertítulos e passagens em itálico são de responsabilidade da redação do *Em Tempo*.

Sindicatos na crise do sonho americano

De 28 a 30 de abril, a revista *Labour Notes* animou uma importante conferência de sindicalistas em Detroit, EUA. Um fio de esperança no país do capitalismo selvagem...

Mais de 1.200 militantes, na maioria sindicalistas, participaram, juntamente com 130 convidados internacionais (destacando-se uma importante delegação dos metalúrgicos alemães da IG Metall), dos trabalhos da 8ª Conferência da revista *Labour Notes*.

Publicada a partir de 1979, esta revista autodefine-se como "criadora de caso", buscando colocar em ação o movimento operário.

Divulgando informações e análises, *Labour Notes* contribui para reconstruir e democratizar os sindicatos, desenvolver a solidariedade com as lutas operárias, com os combates pelos direitos civis e a cooperação internacional entre os trabalhadores.

O tema desta conferência foi "tensão e lutas em transformação nos locais de trabalho", explorando as transformações no trabalho e nas relações salariais, nas lutas e nas novas formas de resistência. O método privilegiado é o de tomar como ponto de partida as experiências concretas.

Mencionaremos alguns dos temas tratados: a organização de redes transnacionais entre sindicalistas de uma mesma multinacional (por exemplo, entre a Ford-México e a Ford-EUA); a auto-organização dos oprimidos, seja por discriminação sexual ou de orientação sexual ou ainda por imigração, no interior do movimento sindical; a ligação entre o trabalho comunitário e o trabalho sindical com o objetivo de vincular o setores de trabalhadores estáveis e os precários; a luta contra a Proposição 187 (lei adotada na Califórnia, que exclui os imigrantes clandestinos de qualquer direito).

Estilhaçamento social

Depois da recessão de 1981-1983 o contexto social nos Estados Unidos degradou continuamente, a um ponto tal que se tornou banal dizer que regiões inteiras foram "terceiro-mundializadas". Este fenômeno pode ser visto pela exclusão da juventude dos guetos, o

CONSTRUÇÃO DO EUROTUNEL, 1990.



SEBASTIÃO SALGADO

crescimento vertiginoso de uma religiosidade sectária assim como da disponibilidade de certos setores para "soluções" racistas e ultra-violentas, das quais o atentado de Oklahoma City é apenas a ponta do iceberg.

Se mais de 7 milhões de assalariados são contabilizados como desempregados com assistência, um terço da população vive abaixo da linha de pobreza. Não é suficiente, portanto, trabalhar para sobreviver no país do tio Sam: 7,5 milhões de trabalhadores trabalham hoje em tempo parcial enquanto outros 7 milhões são obrigados a ter um segundo emprego para poder ter um rendimento mínimo.

As condições de trabalho se degradam por toda a parte, sob o efeito combinado da precarização e do enfraquecimento dos sindicatos. Com o custo do trabalho real estável desde 1982 e o aumento de produtividade de 43% no mesmo período, não é surpreendente constatar que os lucros das empresas cresceram 170%. O mesmo ocorre com as desigualdades sociais: 0,1% da população detém a mesma parte da riqueza que os 49% mais pobres.

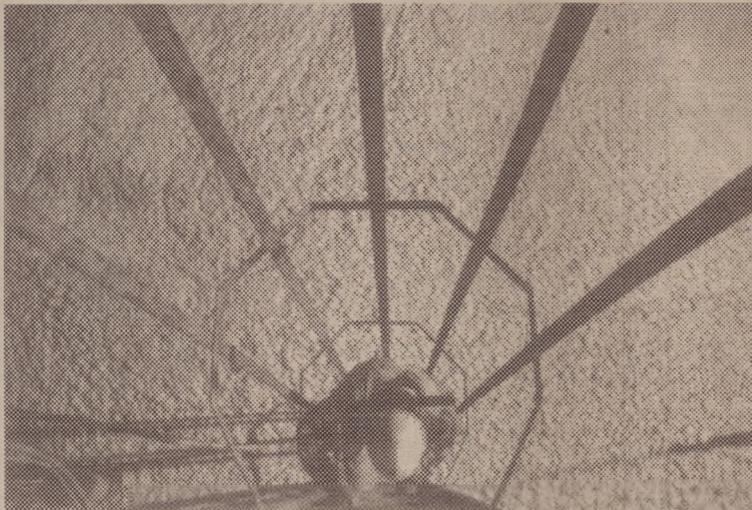
Sindicatos em xeque

Neste contexto os sindicatos encontram-se em xeque. Desde a época do *New Deal* eles tinham sido um instrumento da redistribuição parcial dos lucros do capital americano. O essencial dos serviços de seguridade social, por exemplo, passavam pela filiação sindical. Burocratizado, corrompido, e às vezes mafioso, o movimento sindical tinha, na sua maior parte, limitado sua função à organização da venda coletiva da força de trabalho em troca da paz social e segundo as margens permitidas pelo crescimento econômico.

A recessão de 1981 foi o ponto de partida de uma ofensiva duríssima contra a classe operária, onde os instrumentos de defesa tradicionais revelaram-se completamente ineficazes.

As reestruturações econômicas de grande amplitude (uma perda líquida de 3 milhões de empregos na indústria desde 1979) e o enfraquecimento da correlação de forças do trabalho frente ao capital, num contexto marcado pela ausência de garantias institucionais ou políticas, desarmaram o sindicalismo de negócios deixando o campo livre ao despotismo patronal.

O fechamento massivo de empresas caminhou junto com a imposição de uma organização do trabalho desestrutu-



SEBASTIÃO SALGADO

CONSTRUÇÃO DO EUROTUNEL, 1990.

radora das solidariedades (círculos de qualidade, trabalho em equipes, flexibilidade, etc) e com a redução dos salários reais.

Detroit é o exemplo desta catástrofe social. Com cerca de 3 milhões de habitantes há dez anos, hoje não restam mais que 1,2 milhões. Dos 600 mil empregos na indústria automobilística (Ford, Chrysler, GM), restam menos de 100 mil...

Novas sementes

Face às ofensivas patronais, os trabalhadores foram obrigados a travar uma luta em duas frentes: contra as direções sindicais que recusavam qualquer ação de amplitude e contra um patronato cada vez mais agressivo, disposto como sempre a recorrer ao *lock-out* e aos fura-greves.

De outro lado, apesar de uma combatividade extraordinária, a classe operária americana nunca pôde realizar sua unidade social, racial e política - embora em certas épocas (1894, 1919, 1937), ela tivesse tido esse objetivo ao alcance da mão. O primeiro fator de divisão é evidentemente o racismo, com o peso da herança da escravatura e as divisões fomentadas pela diversas vagas imigratórias. Hoje com a pauperização da classe operária e a crise do sonho americano, a necessidade abstrata de unidade tornou-se uma possibilidade concreta. A solidariedade de classe multi-cultural pode se constituir e o objetivo da justiça para todos é o seu tema unificador.

Não é por acaso que a idéia de um partido dos trabalhadores ganha espaço. Frente às políticas de republicanos e democratas cada vez mais parecidas, esta proposta pode crescer. Mesmo não sendo hoje mais do que um movimento com cerca de 2 mil participantes ele é sustentado por setores importantes do movimento sindical e associativo (notadamente o sindicato dos petroleiros, dos químicos e dos trabalhadores em energia nuclear, pela nova direção democrática do sindicato dos caminhoneiros e por uma boa parte das oposições sindicais).□

Traduzido da edição de 25 de maio de 1995 de *Rouge*, que circula na França.

Reconstruamos a esperança

RAUL PONT

Os grandes lustres, os frisos dos balcões e as solenes cortinas do palco do grande salão do Parque Hotel de Montevideo, davam um ar europeu as plenárias do V Fórum de São Paulo. Eram inevitáveis os comentários de corredor fazendo analogias com algumas reuniões das Internacionais no início do século.

O aspecto antigo, no entanto, corria apenas por conta do Parque Hotel, uma das marcas do esplendor dos anos 20/30, quando os grandes hotéis-cassinos da capital uruguaia começavam a identificar a Banda Oriental como uma Suíça americana. Nada mais contemporâneo e importante para os povos latino-americanos e do Caribe, do que a quinta edição do Fórum de São Paulo.

A presença de 65 partidos e organizações membros do Fórum - que hoje expressam, em média, um quarto dos votos em seus respectivos países e já possuem uma representação de quase 400 parlamentares em seus legislativos é a evidência de que o movimento democrático, popular e socialista resiste e cresce no continente, malgrado toda a ofensiva e hegemonia ideológica neoliberal.

O Fórum chega ao seu quinto encontro fortalecido e consolidado como a maior e mais importante instância de debate e de socialização de experiências da esquerda na América Latina e Caribe. Importante instrumento não apenas para pensar e trocar experiência na luta contra o capitalismo neoliberal mas, também, nos processos de integração econômica, política e cultural no continente.

É natural que o Fórum esteja longe de ser um órgão de deliberação e centralização de decisões que orientem a ação de seus membros de maneira orquestrada no conjunto dos países. Mas o conhecimento mútuo, o aprendizado comum, a troca de experiências são pré-condições para que os partidos membros tenham uma prática nacional que incorpore as preocupações e os problemas vividos em outros países pelas forças democrático-populares e socialistas.

O grupo de trabalho que reuniu parlamentares, por exemplo, evidenciou, além da troca de informações sobre cada realidade, a necessária ação comum junto ao Parlamento Latino, na União Parlamentar Internacional e nas câmaras dos órgãos de integração como o Mercosul. O Encontro possibilitou, também, mesas específicas sobre assuntos como o balanço eleitoral dos vários países em 1994 demonstrando que o poder do monopólio da mídia, das grandes máquinas empresariais de sustentação de campanhas, a inexperiência das forças populares nas disputas eleitorais, bem como o processo de corrupção eleitoral e os sistemas representativos montados para distorcerem os resultados proporcionais são semelhantes em quase todos os países. Comprovam a distância que estamos de uma democracia que proporcione condições mais justas e igualitárias de disputa.

Isso para não falar nos casos mais graves como os denunciados na Colômbia, El Salvador e México, onde os assassinatos são presença constante na luta política.

O anti neoliberalismo

O elemento comum dos debates nas plenárias e nos grupos foi a denúncia uníssona das consequências sociais, para os povos latino-americanos, da aplicação das

políticas neoliberais. A concentração da renda e da propriedade, a deterioração das condições de vida dos assalariados, o aumento das taxas de desemprego e subemprego e a ampliação da marginalidade são as consequências diretas das políticas de estabilidade monetária, de abertura ao mercado externo, da desregulamentação e da liquidação das empresas e serviços públicos através das privatizações.

Todos os relatos coincidiam no diagnóstico de um quadro que é complementado pela perda de identidade cultural via cinema e TV, perda da memória nacional e pasteurização de um "pensamento único" através dos meios de comunicação de massa que tenta, e vem conseguindo, negar a possibilidade de alternativas políticas globais para essa deificação do mercado, da competição e do individualismo.

Na Declaração de Montevideo, principal resolução do Fórum, no item sobre Integração Econômica e Alternativas, aponta-se com toda sua centralidade o que é imperativo: "lutar para derrotar em escala continental o modelo neoliberal imposto pelo FMI, o Banco Mundial e os Estados Unidos, formulando um projeto alternativo de poder que implique numa democracia política real, democracia econômica e social e participação e protagonismo do nosso povo em tudo relativo aos direitos e deveres".

A declaração aponta, igualmente, para a negociação conjunta da dívida, o reconhecimento da incompatibilidade entre o seu pagamento nas condições atuais e a recuperação de um desenvolvimento sustentado, além de definir uma plataforma comum da América Latina em matéria de comércio internacional frente aos acordos do GATT (OMC).

Limites do Fórum

Alguns problemas revelam os limites do Fórum e as dificuldades do necessário trabalho em comum. Dois episódios marcaram o V Fórum, exigindo de seus membros muita diplomacia e a urgência de critérios que melhor demarquem os contornos políticos e ideológicos dessa rica experiência.

Um deles foi a presença, como observador, de um representante do Partido Revolucionário Institucional (PRI) mexicano. Mesmo na qualidade de observador, essa representação não era aceita pelos partidos mexicanos membros do Fórum, que denunciam o PRI como responsável pela aplicação do neoliberalismo e por práticas de partido-Estado que tornaram as eleições neste país, uma

O V Encontro do Fórum de São Paulo reuniu partidos que representam, em média, 1/4 dos votos em seus países.



MUJER DE TEHUANTEPEC. MÉXICO, 1929.

O rechaço ao neoliberalismo é um ponto comum a todos os partidos da esquerda do continente.

MUJERES.
MAZAHUA, MEXICO,
1988.



MARIAN... MPOLISKY

das mais exemplares na corrupção, violência e fraude.

Outro caso foi o fato do Movimento Bolívia Livre, partido membro do Fórum, ser parte do atual governo da Bolívia, que recentemente lançou mão do estado de sítio e da prisão de lideranças para combater mobilizações populares e sindicais. Vários outros partidos mem-

bros do Fórum exigiram a expulsão do Movimento Bolívia Livre, pois a política do atual governo boliviano é incompatível com as posições e a concepção democrática dos integrantes do Fórum.

Por não haver consenso no Grupo de Trabalho coordenador do Fórum quanto as propostas de expulsão, a saída encontrada foi a aprovação de resoluções claras e explícitas contra a política e o comportamento dessas forças em seus países.

Outras deficiências que devemos colaborar para superar, enquanto partido que tem assento na coordenação dos encontros, dizem respeito a metodologia das pautas e grupos de trabalho. O PT deveria propor que já no próximo Encontro, que se realizará em El Salvador, que se estabeleçam de forma mais clara os temas das mesas com parlamentares, com administradores municipais e regionais ou mesmo de alguns assuntos específicos das lutas sociais para o aproveitamento e a profundidade das experiências sejam melhor socializada. Cada encontro deveria, inclusive, centrar-se num grande tema (dívida externa, integrações regionais etc.), o que - ao nosso ver - superaria a tendência a generalidade ou superficialidade que os debates em plenárias acarretam pela heterogeneidade dos participantes.

Apesar desse petalço, o Fórum foi mais um movimento importantíssimo para o internacionalismo do nosso partido e para fortalecermos nossa luta anti neoliberalismo. "Reconstruamos a esperança" é a frase final da Declaração de Montevideo. □

Raul Pont é vice-prefeito de Porto Alegre.

O Fórum de São Paulo: origem e composição

Numa iniciativa do Partido dos Trabalhadores, em julho de 1990, reuniram-se em São Paulo 48 partidos e movimentos políticos da América Latina e Caribe. O objetivo era trocar e socializar experiências entre esses partidos e movimentos políticos do campo democrático, popular e socialista num momento de ofensiva imperialista e neoliberal. Sem um caráter congressual, deliberativo, mas buscando avançar através do consenso e da identidade comum, os integrantes do Encontro realizaram um balanço da crise do Leste Europeu e das experiências da esquerda latino-americana.

A vontade comum de renovar o pensamento de esquerda e socialista, estabeleceu as primeiras regras do Fórum: as condições de tratamento igualitário, fraterno e respeitoso dos participantes, bem como a necessária consensualidade das decisões para garantir uma continuidade positiva da experiência.

No segundo encontro, realizado no México em junho de 1991, participaram 68 organizações políticas expressando a presença de 22 países. Paralelo a análise dos primeiros impactos das políticas neoliberais, consolidou-se a presença das principais forças políticas de esquerda no continente. Os debates evidenciaram o compromisso com os explorados e excluídos, mas que esta luta

não está separada da defesa dos direitos humanos, da soberania, da não-intervenção, bem como da necessária integração dessas lutas com os movimentos negros, de mulheres, das culturas indígenas.

O terceiro encontro ocorreu em julho de 1992. Reuniram-se em Manágua 61 organizações políticas de 17 países da América e Caribe. As resoluções aprovadas buscavam já apontar alternativas de políticas econômicas, que servissem de referências de apoio na luta contra o neoliberalismo em aplicação crescente do continente, por forças conservadoras e pelo populismo de direita.

O quarto encontro realizou-se em Havana, em julho de 1993, com um significativo crescimento de organizações participantes: 112 partidos e movimentos de esquerda. Os debates destacaram a importância da democracia política e a necessária luta da esquerda para combinar os mecanismos da democracia representativa com formas diretas e participativa.

Finalmente, o quinto encontro realizado em maio de 1995, em Montevideo, reuniu 65 organizações políticas e dezenas de organizações observadoras da Europa, da América do Norte, da Ásia, África e Austrália. O caráter anual do Fórum foi quebrado em 1994, por coincidir com um perí-

odo de processo eleitoral em vários países latino americano. E, se a expectativa de vitória em alguns países não se realizou, as forças políticas presentes no Uruguai nesta reunião, já representou uma expressão parlamentar de mais de 300 deputados nacionais e 60 senadores, além de um grande número de administrações municipais e regionais.

Alguns dos partidos e frentes políticas que hoje estão integradas no Fórum de São Paulo são o: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Aliança Democrática M-19 (Colômbia), União Patriótica (Colômbia), Frente Grande (Argentina), Partido Comunista (Chile), Partido Socialista (Chile), Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (El Salvador), Unidade Revolucionária Guatemalteca (Guatemala), Partido da Revolução Democrática (PRD - México), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (México), Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN - Nicarágua), Causa Radical (Causa R - Venezuela), Partido Revolucionário Democrático (PRD - Panamá), Partido Comunista de Cuba, Partidos da Frente Ampla (Uruguai), Movimento ao Socialismo (MAS - Venezuela), Movimento Lavalas (Haiti), Movimento Bolívia Livre (Bolívia). □

Referência para análise da nova situação mundial



DANIEL BENSAID

Foi realizado na Bélgica, na primeira quinzena de julho, o XIV Congresso Mundial da Quarta Internacional. Com a participação de 45 países, o Congresso debateu a situação econômica e política mundial (com um destaque para o processo de transformações na Europa do Leste), América Latina (com um destaque para a discussão sobre Cuba), a situação da esquerda na Europa e a própria Quarta Internacional. Em nossa próxima edição destacaremos este evento.

A discussão principal que os revolucionários de todo mundo estão fazendo é sobre a avaliação do que representam as mudanças hoje em curso, quais são as tarefas colocadas neste processo de resistência diante da ofensiva burguesa, as necessidades de reorganização do campo popular, reformulação programática e atualização do projeto socialista. O ponto de partida para levar a bom termo esta discussão é encarar de frente as dificuldades impostas às forças de esquerda pelo atual quadro mundial.

O texto que aqui publicamos é uma edição condensada do informe escrito apresentado por Daniel Bensaid, dirigente da Quarta Internacional, com o objetivo de situar a discussão sobre o tema. Os intertítulos são da redação e as supressões maiores estão marcadas por (...).

O último Congresso Mundial foi realizado em janeiro de 1991, um ano depois da queda do Muro de Berlin, nas vésperas da guerra do Golfo e do deslocamento da URSS. Ele começou a registrar as linhas de força da grande transformação mundial. Trata-se agora de atualizar esta mudança em perspectiva.

1) De avaliar as mudanças ocorridas desde uma década ao invés de acomodarmos-nos numa idéia rotineira de alternância dos ciclos econômicos e dos ciclos de lutas. Estamos envolvidos em uma transição global (econômica, social, institucional, cultural). A reorganização das forças sociais fundamentais e de sua representação política passa por um longo processo no curso do qual novas formas de lutas e de organizações se desenvolverão em função de condições estruturais (de uma amplitude comparável, se se quer, às que sacudiram o movimento operário no início do século frente ao imperialismo e a guerra) e da evolução das formações sociais. Isto implica numa renovação de experiências e de gerações.

2) De verificar, a luz dos grandes problemas que se colocaram nestes últimos anos, a existência de um acordo fundamental sobre os acontecimentos e as tarefas sem os quais uma corrente internacional militante organizada perderia rapidamente sua função de intervenção para se reduzir a uma rede de reflexão fundada sobre afinidades residuais.

3) De empreender um trabalho necessário de redefinição programática. Graças a nossas tradições e nossa herança, o mundo como está continua sendo compreensível em suas grandes linhas, e nada seria mais estéril do que fazer tábula rasa do passado para extasiar-se com novidades sem conteúdo. Mas um movimento internacional que não ajudasse a pensar esta grande transformação e a responder aos problemas efetivamente novos seria rapidamente considerado inútil. Estes problemas são reais e de monta: consequências da mundialização, reorganização da divisão internacional do trabalho, modificação das relações de dominação imperialistas, crises dos Estados nacionais, formação de conjuntos econômicos e políticos regionais, desenvolvimento de instituições internacionais e definição de novas relações jurídicas. Guardando toda proporção no nível das compara-

ções, o laboratório que se abre é de uma amplitude comparável ao do início do século, onde se forjou a cultura teórica e política do movimento operário: análise do imperialismo, debate sobre a questão nacional, debate estratégico sobre reforma e revolução, batalhas sobre as formas de organização política, social, parlamentar.

I. UMA MUDANÇA DE ÉPOCA

1. O esgotamento da expansão do pós-guerra.

Por trás dos acontecimentos políticos maiores destes últimos anos (queda do Muro e unificação alemã, explosão da União Soviética, guerra do Golfo e intervenções militares na África, guerra dos Balcãs) há um esgotamento da fase do crescimento e do desenvolvimento posterior à Segunda Guerra Mundial. De 1945 a 1970, a taxa de crescimento dos países industrializados foi excepcionalmente elevada (5% em média contra cerca de 2% entre 1914 e 1950, e 2,5% desde 1973), a produção mundial se multiplicou sete vezes e o comércio mundial quatro vezes.

Este crescimento impetuoso foi a base de compromissos sociais nos diferentes setores do mundo, moldando seus atores (partidos reformistas parlamentares, movimento sindical, movimentos populistas e anti-imperialistas no Terceiro Mundo):

- desenvolvimento do Estado-providência e do culto do progresso nos centros imperialistas, reforçando as posições reformistas, os pactos sociais e os fenômenos de burocratização do movimento operário;

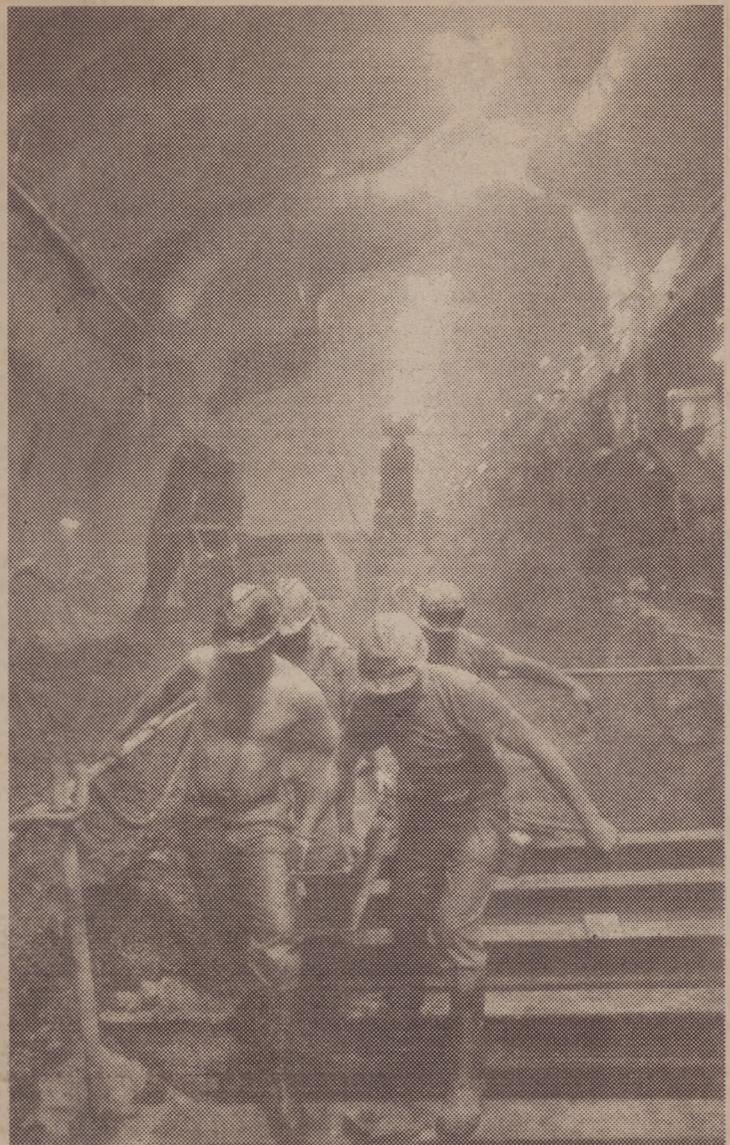
- euforia burocrática na URSS e na Europa Oriental quanto à perspectiva de alcançar-superar a curto prazo o Ocidente capitalista (anos Sputnik);

- giro de Bandung (movimento dos países não-alinhados) e projetos de descolonização/desenvolvimento do Terceiro Mundo (nova ordem econômica mundial, transferências de tecnologia, projeto de substituição de importações).

Esse contexto favoreceu a expressão de um questionamento do sistema de dominação: lutas de libertação nacional (Argélia, Cuba, Indochina) contra as formas tradicionais de colonização e dependência; lutas antiburocráticas de massas na Tchecoslováquia e Polônia; movimentos de juventude e movimentos grevistas de massa na maior parte dos países desenvolvidos.

2. A globalização e seus limites. A mutação em curso é frequentemente resumida pelas noções

TRABALHADORES DO
EUROTUNEL EM
FOLKSTONE, INGLATERRA,
1990.



SEBASTIAO SAIGADO

de mundialização ou de globalização (...). A aceleração da globalização é real. O comércio internacional cresce mais rápido que os PIBs dos países envolvidos nestas trocas; desde 1975, os investimentos diretos no estrangeiro crescem mais rápido que os investimentos domésticos; a interpenetração e fusão de capitais geram oligopólios cujas relações com os Estados de origem se afrouxam; o comércio mundial toma a dianteira face à construção dos mercados internos enquanto base da acumulação.

Podemos concluir que a economia mundial está constituída? A fórmula é muito geral para não ser ambígua. Se a aceleração globalizada é incontestável, o comércio mundial representa de 20 a 30% do volume total das trocas e os investimentos diretos no estrangeiro representou 1% do PIB mundial em 1990. Se os mercados de capitais e mercadorias estão cada vez mais unificados, o mesmo não ocorre com o mercado de trabalho (350 milhões de trabalhadores dos países ricos tem um salário médio de US\$ 18 por hora contra a média de US\$ 1 a 2 para 1,2 bilhão de trabalhadores dos países pobres). Se numerosas empresas multinacionais operam em vários continentes e produzem em dezenas de países, elas permanecem vinculadas à potência política, diplomática, monetária e militar dos imperialismos dominantes. Finalmente, a globalização dos capitais se realiza, no último período, mais com base no dinamismo do setor financeiro do que num desenvolvimento das forças produtivas.

Trata-se, então, de uma situação intermediária, de transição, de crise dos antigos modos de regulação, cujos efeitos são já perceptíveis: a) mutação das formações sociais; b) deslocamento das esferas políticas e econômicas (daí as crises dos Estados nacionais e das classes dominantes), c) tentativas de reorganização regional dos mercados e das instituições.

3. O enfraquecimento social e político dos trabalhadores. As forças sociais e políticas moldadas pelo período de crescimento precedente estão parcial e desigualmente desestruturadas pelos efeitos da crise, das ofensivas liberais, da reorganização dos aparelhos produtivos.

Os países industrializados registram uma baixa significativa do trabalho industrial (mudança da organização do trabalho e das qualificações, individualização e flexibilização) e um

ascenso dos serviços, com o crescimento espetacular do desemprego permanente e das exclusões duráveis, reorganização do espaço urbano e desmantelamento parcial das concentrações operárias (relação fábrica/casa que estruturava as solidariedades sociais), marginalidade e bolsões de pobreza, deterioração da situação das mulheres e dos jovens.

Na ex-URSS e na Europa do Leste, o aparecimento de um capitalismo dependente terá efeitos devastadores sobre as sociedades urbanizadas e industrializadas, assumindo formas inéditas de "terceiro ou quarto-mundialização". Esse processo está, no momento, estacionado devido ao caráter parcial das privatizações (débil desemprego oficial) ligado ao caráter híbrido das formas de propriedade, mas a crise urbana já é aguda e corre o risco de provocar fenômenos de "êxodo urbano" ou movimentos migratórios para o Ocidente.

Uma série de países dependentes esgotaram o modelo de industrialização por substituição de

importações, surgindo neles traços de dualização acentuada (zonas francas, economia informal, problema agrário) assim como a degradação de suas exportações primárias devido às mudanças tecnológicas nos países desenvolvidos, à troca desigual e à forte expansão do setor financeiro. A crise urbana é tal que não parece controlável sem profundas reformas agrárias, chocando-se diretamente com as classes dominantes ligadas à oligarquia latifundiária. Os deslocamentos massivos de população e de refugiados alcançam proporções sem precedentes.

As forças organizadas (movimentos sociais, partidos, sindicatos) saídas do ciclo de lutas precedente estão enfraquecidas socialmente. Sofreram derrotas significativas nos países ricos (mineiros britânicos, escala móvel de salários na Itália, siderurgia na França) e nos países pobres (mineiros bolivianos, contra-reforma agrária no México), sem que tenham aparecido ainda os pólos organizadores do próximo ciclo de lutas.

A ruptura dos "compromissos nacionais" forjados no período de crescimento e o debilitamento dos movimentos de classe propiciam expressões de pânico de identidade e a busca de outras relações comunitárias (nacionais, étnicas, religiosas).

4. O questionamento dos Estados nacionais.

Uma das maiores consequências da globalização reside na desarticulação tendencial das esferas econômicas e políticas. Nos anos cinquenta, as economias nacionais dominantes formavam conjuntos relativamente coerentes, articulando um mercado, um território e um Estado. A concorrência e desregulamentação internacional introduzem fraturas entre a lógica econômica e a soberania política. É difícil atribuir uma nacionalidade a um produto ou firma. As desigualdades sociais se aprofundam entre ganhadores e perdedores na corrida pela globalização não apenas em escala internacional mas também ao interior dos próprios países desenvolvidos, pondo a prova os compromissos sociais do Estado do bem-estar.

A crise atinge aquilo que favorecia uma certa coesão social: a função redistributiva dos Estados. Daí a perda de legitimidade das instituições estatais derrotadas pelos efeitos conjugados das privatizações (reforço dos poderes econômicos privados), da globalização (perda de controle das relações econômicas e monetárias) e da desregulamentação. Esse fenômeno não afeta apenas Estados dependentes e classes dominantes frágeis. Ele começa também a atingir algumas burguesias européias.

A reestruturação liberal, o endividamento dos Estados (Estados Unidos, Itália, Bélgica) e das coletividades locais, o deslocamento regressivo da carga tributária em prejuízo dos pobres, a crise aguda das finanças públicas desembocam no questionamento dos mecanismos do Estado-providência (indexação salarial, serviços públicos, proteção social, retrocesso nos contratos coletivos, privatização da seguridade social) e no crescimento das desigualdades regionais. Paralelamente, a privatização dos poderes econômicos e financeiros em prejuízo do serviço público e das formas públicas de produção e gestão, favorecem uma corrupção galopante e a proliferação de fenômenos mafiosos.

Nos países dependentes, esta tendência geral se traduz numa crise generalizada dos sistemas populistas (México, países árabes, África negra), num processo de privatização/dolarização e numa perda de soberania sob a pressão da dívida externa e a corrosão dos recursos dependentes da exportação (matérias primas), numa "desconexão forçada" para alguns países - de 1966 a 1987, a participação total das exportações dos países do Sul nas exportações mundiais caiu de 23% para 15% (a parte dos Novos Países Industrializados passava de 1,1% a 5,5% e a América Latina se reduziu a 3%). O desmoronamento das elites locais, incapazes de se homogeneizarem e de se estabilizarem em torno de um projeto nacional viável, acentua a corrupção, a redistribuição clientelista de benefícios e as tendências ao deslocamento clânico/étnico de alguns Estados (Somália, Etiópia, Ruanda).

Violência social e violência política, ascenso de "identidades obscuras", inversamente proporcional ao desaparecimento dos vínculos e solidariedades de classe, se inscrevem neste contexto.

5. A crise das classes dominantes. Divididas pela

FÁBRICA DE BICICLETAS EM TIANJIN, NA CHINA, 1989.



SEBASTIÃO SALGADO

concorrência, as classes dominantes existem enquanto tais através do Estado que as unifica. Mas o projeto estruturante dos Estados nacionais (que se impôs no decorrer do século passado nos países dominantes e no curso deste século no Terceiro Mundo) esgotou seus efeitos integradores e unificadores sem que tenha surgido um projeto alternativo. Os Estados existentes são ainda a forma necessária da dominação de classe, mas não mais sua forma apropriada face às pesadas tendências da globalização. Daí a desestabilização, perceptível por toda parte, das classes dominantes e seus representantes políticos: corrupção galopante, negócios escusos, narcotráfico, reino dos aventureiros (Fujimori, Collor, Berlusconi); questionamentos de setores burgueses e pequeno-burgueses menos dispostos a aceitar a perda de soberania do Estado e menos aptos a se adaptarem aos efeitos da concorrência liberal; sinais de divisão do grande capital sobre as perspectivas e as soluções imediatas (Europa, Nafta, OMC). Para além de suas especificidades, o caso italiano é, neste sentido, um sintoma da situação geral.

Na América Latina e nos países árabes, o ciclo populista burocrático está no limite de suas forças. Na África, numerosos estados originados no processo de descolonização não chegaram a consolidar uma realidade nacional e uma classe burguesa dominante. Os efeitos redistributivos que puderam ter a corrupção e o clientelismo estão esgotados. Daí a explosão das elites compradoras. Encurralados entre as exigências do ajuste estrutural e a decomposição social, numerosos países dependentes se encontram debilitados (Etiópia, Sudão, Afeganistão, repúblicas da antiga URSS). Até nos países onde a luta de independência foi mais radical em suas formas e em suas consequências duráveis (Argélia, México, Angola e Moçambique) os regimes populistas esgotaram seu dinamismo histórico e suas elites burguesas e burocráticas se acomodam a uma perda de soberania parcial. E nos regimes burocráticos a emergência de uma burguesia dinâmica e empreendedora conhece enormes dificuldades. A decomposição dos diferentes segmentos da burocracia deu origem a uma mistura de capitalismo especulativo e de clientelismo burocrático, uma espécie de proto-burguesia mafiosa e compradora.

6. Um mundo injusto, violento e instável. O projeto socialista não é o único em crise. Também estão em crise as diferentes visões de mundo que coexistiam, se confrontavam e se complementavam durante o período precedente: os partidários do "terceiro-mundismo" de Bandung, do universalismo democrático burguês e das ilusões de progresso, do comunismo produtivista vitorioso no ano 2000. O triunfo anunciado do casamento entre o mercado livre e a democracia parlamentar fracassou. Mesmo que a analogia histórica seja um recurso inevitável do pensamento político e militar, frente a amplitude da mudança histórica em curso e as incertezas de sua saída, de nada nos serve raciocinar por analogia (por exemplo, em relação ao início do século ou aos anos 30). É importante estar atento ao inédito, às formas especificamente contemporâneas de velhas contradições. Não estamos mais no período político de 1968, não saímos da onda longa depressiva e estamos no final de uma época, aberta pela Primeira Guerra Mundial e pela Revolução Russa.

A ruptura dos equilíbrios instáveis resultantes da última guerra mundial não desemboca em uma nova ordem, como apregoava ontem Bush, mas em novos conflitos inevitáveis em um mundo injusto (desigualdades, dependência, apartheid), violento (Golfo, Iugoslávia, Ruanda) e instável. Estamos frente a uma espécie de Contra-Reforma regressiva (econômica, política e cultural) contra as conquistas democráticas e sociais: desemprego de longa duração, precariedade, pobreza antigas e novas, exclusões, epidemias, pauperização absoluta de algumas populações, catástrofes ecológicas, novas tecnologias e crise moral.

Sempre há uma saída para a crise econômica; o problema é saber a que preço e quem paga a conta. A crise atual não desemboca forçosamente numa catástrofe generalizada, mas o estrangulamento lento e o agravamento mundial das desigualdades podem assumir dimensões não menos violentas e bárbaras. Por trás do movimento cíclico, as contradições cada vez mais potentes remetem às características essenciais do sistema: a miséria da mercadoria como medida para regular a troca de trabalhos complexos e para organizar, a longo prazo, a relação entre a sociedade e seu meio ambiente natural.

Nas crises aparecem os novos elementos de regulação possíveis (novas tecnologias, novos produtos, divisão e organização do trabalho). No entanto, esses elementos continuam sendo parciais e não sistematizados. Restabelecer as condições de uma nova fase de acumulação e de crescimento durável não depende apenas de uma mudança nas relações de forças sociais nos países chave, mas também de uma reorganização de mercados, de territórios, de instituições, do direito (...)

II. NOVOS PROBLEMAS

7. As novas instituições econômicas. Seja no campo do comércio mundial (GATT, OMC), da articulação política (reorganização previsível da ONU), da gestão da dívida (BM/FMI), e mesmo da ecologia (Eco 92), as instituições ligadas à globalização parecem cada vez mais presentes e ativas. Para alguns, é o bastante para concluir pelo surgimento de uma forma de super-imperialismo organizado, com um papel crescente de oligopólios apátridas e de instituições planetárias proto-estatais.

Não nos incluímos entre estes. Longe disso. Mas os instrumentos da globalização nos colocam desde já problemas de análise e intervenção que devemos enfrentar.

a) *do GATT a OMC.* Parte do sistema erguido no dia seguinte à guerra (sistema de Bretton-Woods, FMI, BM), o GATT era um mecanismo de liberalização das trocas controlado pelas potências dominantes que perpetuava o intercâmbio desigual e a dependência. Por trás da crença liberal hipócrita, a realidade: regras de ajuste estrutural, protecionismo mascarado dos ricos, hegemonia cultural e financeira reforçada pela desregulamentação dos serviços, "patenteamento" do patrimônio genético, etc. A passagem discreta do GATT para a Organização Mundial do Comércio no quadro de ratificações dos acordos de Marrakesh, representa novas formas de subordinação dos Estados, dos poderes eleitos (inclusive mal eleitos) e das legislações aos regentes do mercado mundial.

b) *Sob o impulso do FMI e do Banco Mundial,* a dívida externa continua desempenhando uma função disciplinadora em relação aos países dependentes. Se a OMC mantém uma dimensão de representação nacional, este não é o caso do FMI e do Banco Mundial. Eles encarnam a lei do capital: um dólar, uma voz! Estas instituições têm certamente um poder de decisão limitado, comparativamente ao peso das principais multinacionais, mas suficiente para cumprir o papel de gendarmes do Terceiro Mundo ou dos países do Leste.

Pode-se conceber outro modo de cooperação e de crescimento do planeta: organismos internacionais de regulação substituindo o BM/FMI/OMC/G-7; organismos de promoção do comércio internacional entre países de produtividade similar; transferência planejada de riquezas dos países que as acumularam durante séculos em detrimento dos países pobres; novos dispositivos de regulação dos intercâmbios que permitam projetos de desenvolvimento diferenciados, desconexão parcial e controlada do mercado mundial e uma política de preços correta; uma política migratória negociada neste contexto.



PRODUÇÃO DE COQUE EM DRANBAD, ESTADO DE BIHAR, ÍNDIA, 1989.



SEBASTIÃO SALGADO

c) O debate sobre uma eventual "cláusula social" contra as importações provenientes dos países dominados, e as novas formas de protecionismo mais ou menos declaradas, ilustram bem a perversidade do sistema. Nos países ricos, eventuais medidas de proteção tarifária não seriam admitidas senão como formas de sancionar indústrias que atuam no exterior com exploração de mão-de-obra barata e sem direitos trabalhistas. A concorrência do Terceiro Mundo invocada para justificar o desemprego nos países industrializados é pura ilusão. (...)

8. Hierarquia de poder e intervenções militares. Uma das condições políticas para saída da crise está na reorganização da liderança mundial. Onde está o declínio norte-americano? Desde a guerra do Golfo, os Estados Unidos têm usado a superioridade militar e a potência de seu Estado para reafirmar sua hegemonia militar e diplomática; começaram a restabelecer sua competitividade produtiva em alguns setores. Mas a permanência de enormes déficits comerciais e orçamentários enfatiza a fragilidade de tais evoluções. Os impasses da Europa e as limitações do Japão, por outro lado, impedem o surgimento, a curto prazo, de uma real alternativa à liderança mundial americana. A contradição entre o poder político e o debilitamento econômico dos EUA reflete-se, inclusive, nas contradições das instituições internacionais: reorganização do Conselho da ONU, inexistência de uma nova ordem monetária, redefinição dos pactos militares, precariedade da OMC ante os protecionismos maquiados das potências (...)

As hierarquias herdadas de Yalta caducaram, mas não está à vista ainda a soberania democrática internacional que supere a mediação dos Estados ou das alianças de Estados. A contradição permanece, então, explosiva entre as necessidades de regulação proto-estatal mundial, ligada à internacionalização do mercado de bens e de capitais (transferências formais ou informais de soberania) por um lado e, por outro, a regulação social, ainda nacional no seu essencial, ligada à transformação do mercado de trabalho. (...)

9. Alternativas ao nacionalismo. Nas atuais condições de internacionalização da produção e do comércio, de sua crise de eficácia, de desorganização da divisão do trabalho, de novas miscigenações de populações, os Estados-nacionais não podem continuar assumindo o mesmo papel integrador do século passado (integração no mercado mundial, soberania limitada, interpenetração das populações). Daí a busca de uma legitimidade mítica (a terra e os mortos), "étnica" ou de identidade (chauvinismo e xenofobia), com sua carga de fantasmas purificadores. A Iugoslávia não é uma exceção (Israel, Alemanha). Nestas condições, o nacionalismo do oprimido pode muito rapidamente converter-se em nacionalismo opressor de suas próprias minorias. Uma alternativa de classe exige mais que nunca uma estreita relação entre projetos nacionais-democráticos e uma redefinição das trocas, alternativas à OMC e aos ajustes estruturais do FMI, assim como a defesa de reivindicações democráticas regionais ou étnicas num quadro de solidariedade mais amplo evitando os becos sem saída do nacionalismo.

- primazia da cidadania sobre a nacionalidade;

- direito à autodeterminação e livre associação (subsidiariedade);
- garantia de direitos às minorias (lingüísticas, escolares, culturais).

10. Construir um novo programa. As reivindicações transitórias constituem uma ponte entre as reivindicações imediatas que vão responder às necessidades urgentes e a conquista do poder. Mas estas pontes e passarelas são, no momento, muito precárias. Onde está o poder? Ainda concentrado nos aparatos do Estado, mas também delegado às instituições regionais e internacionais.

É um problema para as classes dominantes. A idéia de um espaço político, econômico, territorial homogêneo está ultrapassada, mas nada garante que tal espaço será reconstruído numa escala superior (regional). As divisões na burguesia ilustram bem as contradições entre um capital diretamente mundializado, um capital ainda protegido por suas instituições nacionais e um capital que busca uma reorganização intermediária (União Européia), com todas as implicações possíveis e imagináveis entre estes três níveis.

É um problema estratégico maior para o movimento operário, cujas políticas foram moldadas há décadas no quadro do Estado nacional, com suas versões revolucionárias (nacionalizações, monopólio de comércio exterior, dualidade de poder) ou reformistas (democratização e políticas keynesianas). Hoje, a dissociação dos poderes políticos e econômicos, a dispersão dos centros de decisão e dos atributos de soberania (a nível local, nacional, regional, mundial) fazem com que as passarelas projetadas a partir das reivindicações imediatas partam em diferentes direções. É surpreendente constatar que o programa do PT brasileiro é muito mais moderado que o programa reformista radical da Unidade Popular chilena de 1970, ou que um programa radical em alguns países europeus (redução da jornada de trabalho, direitos dos imigrantes, suspensão da dívida e desmilitarização) é freqüentemente muito mais rebaixado que os programas reformistas dos anos 70, pelo menos na sua forma escrita (nacionalização, elementos de controle e de autogestão). Confrontados com a impotência de um reformismo sem reformas, as forças majoritárias do movimento operário oscilam entre a adaptação à lógica liberal (social-democracia modernista) e a recaída nacionalista (alguns partidos comunistas ou ex-comunistas).

A defesa dos direitos e conquistas sociais se apóia sobre as legislações e as instituições existentes, mas as medidas eficazes contra o desemprego e por uma economia a serviço das necessidades sociais assumem uma dimensão diretamente regional ou internacional (redução coordenada da jornada de trabalho, políticas comuns, projetos de investimentos ou socialização de empresas multinacionais). Trata-se então - a partir das lutas e experiências, por mais modestas e parciais que sejam - de formular e atualizar uma proposta transitória para o século vindouro. É também a forma, abordando temas centrais e acessíveis, de dar um conteúdo dinâmico e acessível à recomposição do movimento. Trata-se de reformular os primeiros contornos de uma proposta que conduza a uma contestação de conjunto da ordem estabelecida:

a) cidadania/democracia (política e social). Com relação à universalidade truncada dos direitos humanos proclamados, direitos civis e igualdade de direitos (imigrantes, mulheres, jovens), direitos civis e direitos sociais (igualdade homens/mulheres); direitos sociais e serviços públicos.

b) contra a ditadura do mercado, suas conseqüências a curto prazo, sua lógica de desigualdades: direito à vida começando pelo direito ao emprego e à garantia de renda mínima; reciclagem dos lucros da produtividade (serviços de educação, saúde, moradia) com ampliação da gratuidade e ingerência no direito da propriedade privada. Direito dos cidadãos/cidadãs à propriedade social das grandes empresas cujas opções e decisões tenham a maior incidência sobre suas condições de vida presentes e futuras. Esse direito não implica necessariamente nacionalização, mas uma socialização efetiva (direito ao uso autoadministrado, descentralização, planificação).

c) solidariedade entre gerações (proteção social, ecologia)
d) solidariedade sem fronteiras: desarmamento, dívida, constituição de espaços políticos regionais, internacionalização de direitos sociais.

Um trabalho análogo deve ser feito a partir dos proble-

CORTADORES DE CANA-DE-AÇUCAR EM PRADÓPOLIS, SÃO PAULO, 1987.



mas mais candentes dos países dependentes (dívida, reforma agrária, cooperação regional) ou dos países do Leste (alternativa às privatizações, democracia, problema das nacionalidades).

III. UMA CONCLUSÃO PROVISÓRIA

11. Uma mutação histórica. Seguramente, os ciclos econômicos existem. Seguramente, há fluxos e refluxos nas lutas e temos assistido, aqui e ali, explosões, mobilizações e resistências combativas. Mas arrolar estes acontecimentos não nos deve fazer esquecer que a mudança em curso não é conjuntural e que *se trata de uma mutação histórica do modo de acumulação capitalista*, sobre o qual é ainda muito prematuro tirar as conseqüências estratégicas. Mas não é cedo demais para se conscientizar da dimensão do problema.

A situação mundial é sempre o campo de tendências contraditórias. Sem dúvida, é impossível, a partir da década passada, equilibrar os prós e contras, os pontos ruins e os bons: Nicarágua por Chiapas, Palestina pela África do Sul. Os termos não são equivalentes. Basta ouvir e ler as declarações do Exército Zapatista de Libertação Nacional: uma insurreição da desesperança contra os efeitos da modernização liberal. Assim, uma tendência se impõe claramente, ilustrada não por suposições mas pelos acontecimentos principais: desmantelamento da União Soviética sem desembocar numa revolução política, dinâmica restauradora dominante no Leste, unificação imperialista na Alemanha, derrotas da revolução centro-americana, guerra do Golfo, acordos Israel-Palestina, aprofundamento do isolamento e esgotamento da revolução cubana.

A crise de direção e de projeto do movimento operário resulta então de três fatores combinados: efeitos sociais duráveis da crise (mutação social); efeitos acumulativos desorganizadores da política das direções reformistas e populistas face ao primeiro choque da crise; efeitos profundos da crise do "socialismo realmente existente".

Nos países imperialistas, os partidos estalinistas descreditaram a revolução e os social-democratas a reforma. Nem uns nem outros cumprem hoje a mesma função que tinham nos períodos passados. Os primeiros não mais embasam sua identidade na referência ao campo socialista e não podem se transformar em partidos reformistas nacionais a menos que, neste papel, suplantem a social-democracia. Ao mesmo tempo, os partidos social-democratas tradicionais, apanhados pelo turbilhão liberal da gestão leal e pelo impasse das receitas keynesianas nacionais, estão estreitamente associados ao capital europeu, e encarnando cada vez mais um reformismo sem reformas. Esta crise de representatividade do movimento operário traduz-se por uma crise (desigual conforme o país) da eficácia e da representatividade do movimento sindical, pela fragmentação e atomização da consciência de classe.

Na Europa do Leste e na ex-União Soviética, o fato de que o discurso de classe é o do antigo poder (com a perda de sentido das palavras), que não tenha se dado uma fusão entre as aspirações democráticas da sociedade e o movimento de classe, que a debilidade das lutas anticapitalistas de massas nos países avançados não mais ofereça uma referência positiva como em 1968, constituem tanto quanto as antigas frações da burocracia, obstáculos ao renascimento de um movimento social independente do capital.

Nos países dependentes, onde as correntes anti-imperialistas progressistas podiam realizar alianças conflitantes com os setores de uma (pequena) burguesia em formação, as mudanças nas relações de forças internacionais conduzem a um realinhamento realista em cascata (acomodamentos e compromissos com o BM e o FMI). A época onde a OPEP parecia poder fazer escola e onde a divisão internacional do trabalho herdada do colonialismo permitia uma margem de manobra e acordos, parece superada. A desarticulação deste dispositivo começou no final dos anos 70, com a queda de preços das matérias primas, solapando a base social e a auto-confiança deste movimento anti-imperialista. As mudanças posteriores à queda do muro de Berlim, ao desmantelamento da União Soviética e à guerra do Golfo desferiram o último golpe, provocando uma crise aberta, não conjuntural, das formas de anti-imperialismo radical da fase precedente (confusão no Panamá, no Haiti) e a forte tentação de adaptação destrutiva a uma linha de

retrocesso em nome de um realismo ilusório (Salvador, Nicarágua, África do Sul).

Neste momento, a tendência dominante em escala internacional é de debilitamento do movimento social (a começar pelo sindical). Se processos eleitorais produzem mudanças de vulto (Itália), raramente os favorecidos são os partidos do movimento operário e menos ainda as alternativas radicais aos partidos no poder: caudilhos e formações populistas, inclusive os partidos de extrema-direita são, pelo contrário, os primeiros beneficiários da derrota de partidos tradicionais. A esquerda revolucionária está hoje mais pulverizada e debilitada que há cinco anos atrás (crise das organizações centroamericanas, racha do PC Filipino, retrocesso da esquerda sindical sul-africana). Para a reconstrução de um projeto revolucionário e de uma Internacional partimos de condições consideravelmente deterioradas. (...)

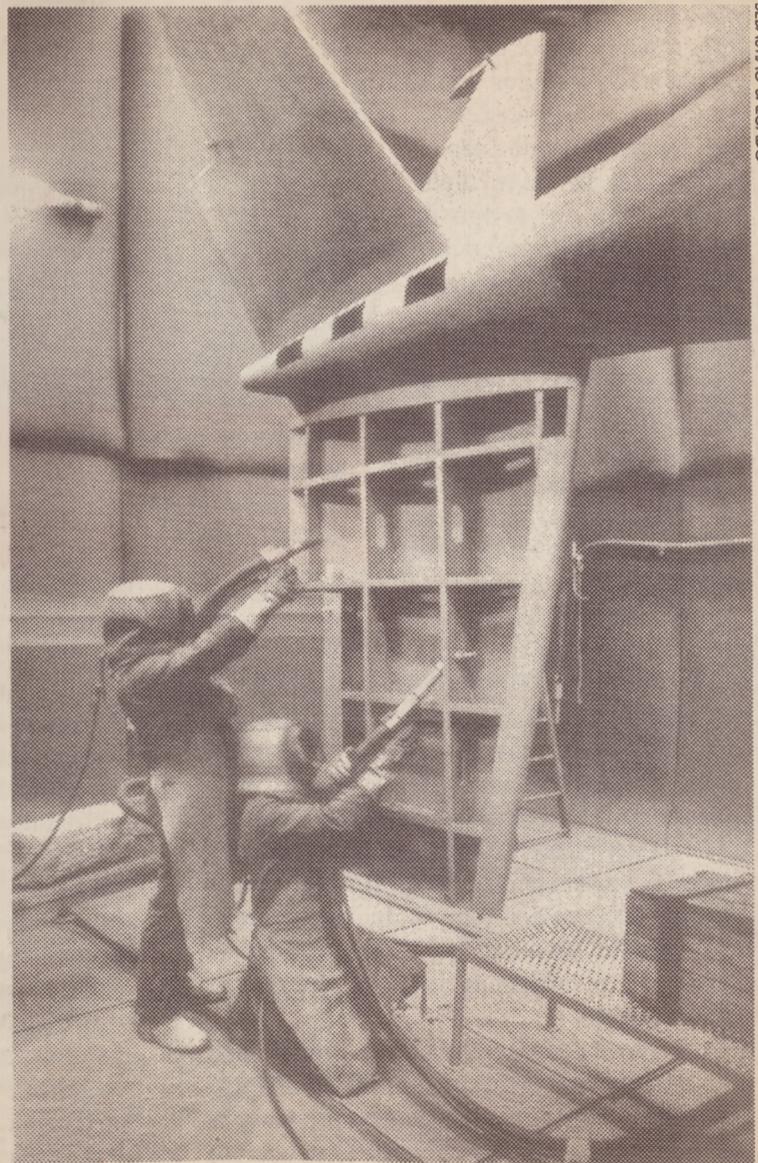
12. Onde está o poder? Alguns camaradas parecem chocados pela pergunta colocada no informe: "onde está o poder?" Pode-se responder simplesmente que a luta de classes começa, como disseram os clássicos, de Marx a Trotsky, na arena nacional e que seu horizonte estratégico continua sendo, em primeiro lugar, a conquista do poder político em escala nacional. Isso não é falso, mas já não é totalmente verdadeiro. Rechaçamos claramente a idéia de um super-imperialismo realmente existente que reduziria os Estados nacionais à condição de vestígios e converteria em falsas as lutas no seu nível; o objetivo louvável, mas distante de uma mundialização das lutas (ou de uma renovação internacionalista) pode então servir de pretexto para a resignação, a passividade ou a adaptação à dinâmica liberal.

Mas estes Estados e o poder que eles representam perdem o controle de uma parte crescente dos processos de produção, dos fluxos monetários, dos deslocamentos de capitais. De sorte que a dimensão nacional da luta pelo poder político está cada vez mais diretamente imbricada à dimensão regional e mundial. Não podemos mais responder à pergunta chamada dos "constrangimentos externos" como fazíamos na época das primeiras polêmicas sobre o programa comum da esquerda na França dos anos 70. Uma proposta transitória deve articular diretamente as reivindicações de defesa das conquistas num quadro nacional e as proposições de transformações ao menos continentais. Na sua ausência, a iniciativa sobre esta questão é deixada para a burguesia.

Um problema análogo se coloca para os países dependentes encurralados na nova divisão internacional do trabalho e cujo espaço tático tem se reduzido consideravelmente. Já assinamos que o programa do PT brasileiro era muito mais moderado que o programa da Unidade Popular chilena. E trata-se do Brasil! Que dizer dos países que não têm este nível de industrialização e de capacidade produtiva? Sobre quais condições a desconexão do mercado mundial pode se constituir ainda em um caminho para o início de um desenvolvimento? Quais são os efeitos do que alguns economistas chamam de desconexão forçada para tratar da exclusão de países ou de regiões colocados à margem do mercado mundial? □



TRABALHADORES DO ESTALEIRO DE BREST, NA FRANÇA, 1990.



SEBASTIÃO SALGADO

MICHAEL LOWY

O 50º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial deveria ser menos a ocasião de comemorações patrióticas e mais o momento de uma reflexão séria sobre o significado moral e histórico de certos acontecimentos desta guerra, que questionam profundamente a própria natureza da civilização moderna.

A oposição entre civilização e barbárie é antiga. Ela encontra uma nova legitimidade na filosofia das luzes e será herdada pela esquerda socialista. Mesmo uma revolucionária como Rosa Luxemburgo, quando lança sua luminosa palavra-de-ordem “socialismo ou barbárie”, considera a “queda na barbárie” como “o aniquilamento da civilização”, uma queda análoga aquela da Roma antiga (*A crise da social-democracia*, de 1915).

Walter Benjamin é um dos raros pensadores marxistas que teve a intuição que o progresso técnico e industrial pode ser portador de catástrofes sem precedentes. Daí seu pessimismo - não fatalista, mas ativo e revolucionário. Em um artigo de 1929, *O surrealismo: o último instantâneo da inteligência européia*, ele definia a política revolucionária como “a organização do pessimismo”, um pessimismo em toda a linha: desconfiança quanto ao destino da liberdade, desconfiança quanto ao destino do povo europeu. E acrescenta ironicamente “confiança ilimitada somente na IG Farben e no aprimoramento pacífico da Luftwaffe” (a Força Aérea alemã). Ora, o próprio Benjamin, o mais pessimista de todos, não poderia adivinhar até que ponto estas duas instituições iriam mostrar, alguns anos mais tarde, a capacidade maléfica e destruidora da modernidade. Afinal, o grande truste químico IG Farben não somente utilizou a mão-de-obra escrava dos campos de concentração mas também produziu o gás Ziklotron B que servia para exterminar as vítimas do sistema concentracionário.

Auschwitz representa a modernidade não somente por sua estrutura de *fábrica de morte*, cientificamente organizada, e utilizando as técnicas de ponta mais eficazes. O genocídio

BARBÁRIE MODERNA

CAMPO DE PETRÓLEO DE GREATER BURHAN KUWAIT, 1991. O PETRÓLEO EVAPORADO CAI SOB A FORMA DE CHUVA, COBRINDO TODA A REGIÃO.

dos judeus e dos ciganos é também, como observa o sociólogo Zygmunt Bauman, um produto típico da cultura racional burocrática, que elimina da gestão administrativa toda interferência moral. Ele é, deste ponto de vista, um dos resultados possíveis do processo civilizatório, enquanto racionalização e centralização da violência, e enquanto produção social da indiferença moral (*Modernity and the Holocaust*. Londres, Polity Press, 1989).

Hiroshima apresenta diferenças evidentes com Auschwitz: o objetivo da bomba atômica não era o extermínio da população japonesa como fim em si. Tratava-se mais de acelerar o fim da guerra e demonstrar a supremacia militar americana face à União Soviética. Para ob-

ter estes objetivos políticos, a ciência e a tecnologia mais avançada foram utilizadas e várias centenas de milhares de civis inocentes, homens, mulheres e crianças, foram massacrados - sem falar da contaminação das gerações futuras pela radiação nuclear. Mas os próprios dirigentes norte-americanos estavam conscientes do paralelo com os crimes nazistas: em uma conversa com Truman em 6 de junho de 1945, o secretário de Estado Stimson expressava seus sentimentos: “Eu lhe disse que estava inquieto quanto a este aspecto da guerra... porque não queria que os Estados Unidos ganhassem a reputação de ultrapassar Hitler em atrocidade” (citado por Barton Bernstein em *The atomic bombings reconsidered. Foreign Affairs*. Fevereiro de 1995).

A natureza contraditória do “progresso” e da “civilização” moderna estão no coração das reflexões da Escola de Frankfurt. Em *A dialética do esclarecimento* (1944), Adorno e Horkheimer constatam a tendência da racionalidade se transformar em loucura assassina: a “luz fria” da razão calculadora “traz a semente da barbárie”. Em uma das notas redigidas em 1945 para *Minima moralia*, Adorno utiliza a expressão de “progresso regressivo” para tentar dar conta da natureza paradoxal da civilização moderna.

Entretanto, estas próprias expressões ainda são tributárias, apesar de tudo, da filosofia do progresso. Na verdade, Auschwitz e Hiroshima não são em nada uma

“regressão à barbárie”: não há nada no passado que seja comparável à produção industrial, científica, anônima e racionalmente administrada da morte em nossa época. Basta comparar Auschwitz e Hiroshima com as práticas guerreiras das tribos bárbaras do século IV dC para se dar conta de que elas não tem nada em comum: a diferença não é apenas de *escala*, mas de *natureza*.

As atrocidades de massa tecnologicamente aperfeiçoadas e burocraticamente organizadas pertencem unicamente a nossa civilização industrial avançada. Auschwitz e Hiroshima não são “barbáries do passado”; são crimes irremediavelmente *modernos*. Esta conclusão inquietante deveria suscitar a reflexão - e a ação. Antes que seja muito tarde. □